

Sofia Aureliano

**O papel dos media na
mobilização da sociedade civil
para a ajuda humanitária**

2004

Índice

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | Enquadramento temático | 9 |
| 2 | Enquadramento metodológico | 25 |
| 3 | O caso de Timor-Leste | 35 |
| 4 | O Quarto Poder | 47 |
| 5 | A responsabilidade do jornalista | 57 |
| 6 | As organizações não governamentais | 69 |
| 7 | Conclusões | 79 |
| 8 | Bibliografia | 83 |
| 9 | Anexos | 85 |

*Tese de Licenciatura apresentada no curso de Comunicação
Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade Técnica de Lisboa. Ano lectivo 2003/2004.*

Agradecimentos

"Sometimes our light goes out but is blown into flame by another human being. Each of us owes deepest thanks to those who have rekindled this light."

Albert Schweitzer

Este trabalho é o resultado de um esforço pessoal que não teria sido possível sem o apoio, a colaboração e a ajuda de algumas pessoas. O meu Muito Obrigada:

– ao Professor Doutor Manuel Meirinho, pela orientação de todo o meu trabalho, pelo apoio na tomada de decisões e pela moderação do meu colóquio;

– à Sofia Branco, à Susana Sousa, à Dra. Madalena Marçal Grilo, ao Dr. José Miguel Costa e ao Henrique Botequilha, por terem aceite participar no meu colóquio, e por darem fundamento ao meu trabalho com os seus testemunhos;

– às minhas colegas de curso e amigas Carina, Mariana, Sara e Vera pelas constantes palavras de conforto e por colaborarem nos trabalhos forçados;

– à Nestlé, à Águas de Monchique, SA, à Fundação AMI, à Revista Fórum DC, à florista Jardim das Amoreiras, à Dan Cake, à Formoprinte e ao Banco Totta, por patrocinarem o meu colóquio.

Introdução

O trabalho “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária” realiza-se no âmbito da cadeira de Seminário, do 4º ano da Licenciatura em Comunicação Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

A escolha deste tema está relacionada com a consciencialização da importância de situar os media dentro de um quadro de valores, analisando as suas funções e os seus diferentes papéis, para mais tarde considerar qual é a sua importância nos tempos que correm. Todos estes objectivos seriam impossíveis de concretizar num trabalho só, por isso, optou-se por restringir a análise a um papel específico dos meios de comunicação social como potenciais mobilizadores da sociedade civil.

O problema de investigação deste trabalho é: Qual é o papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária? E as hipóteses formuladas inicialmente foram as seguintes: a) os media têm poder para mobilizar a sociedade civil para a ajuda humanitária e para as questões de direitos humanos; b) o caso de Timor-Leste é a prova de que esse poder existe; c) As empresas jornalísticas não tratam os temas de direitos humanos e ajuda humanitária porque não se incluem nos critérios de noticiabilidade.

Estas hipóteses iram ser refutadas ou confirmadas ao longo deste trabalho de investigação; e certamente surgirão outras conclusões que, *a priori*, com o desconhecimento natural de quem se inicia na exploração de um tema, não seriam possíveis de equacionar.

Este trabalho pretende ser um contributo para o desenvolvimento da temática da relação dos meios de comunicação social com questões humanitárias, sem a pretensão de querer mudar o mundo, mas de provocar pequenos problemas de consciência.

Para agir, por vezes, basta que a nossa atenção seja captada

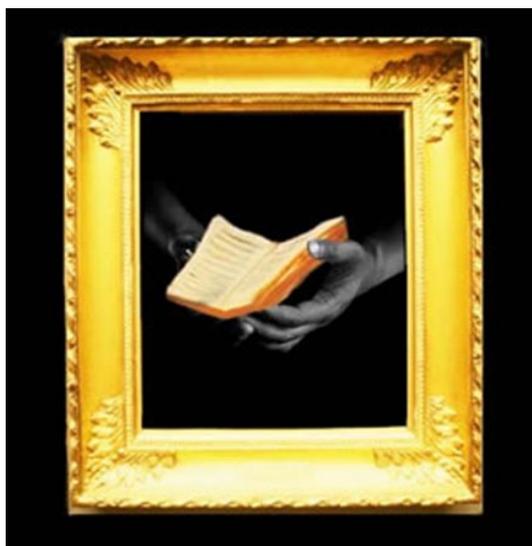
e se concentre em temas que, a olho nu, já tínhamos olhado mas nunca visto.

E esta é a melhor altura para sonhar, quando se está prestes a dar o salto mais decisivo da recém-chegada idade adulta: da escola para o mercado de trabalho; da teoria para a prática (uma passagem que certamente dará muitas dores de cabeça).

Quando mais, senão agora, se conseguirá acreditar que os jornalistas podem fazer a diferença, contrariar as lógicas de mercado e os princípios da concorrência, e dar uso à arma poderosa que têm nas mãos: a máquina de tornar público. É tempo de acreditar na mudança e, pela última vez, na possibilidade de seguir os mais nobres objectivos, sem ter o peso nos ombros de ter de sobreviver profissionalmente.

Capítulo 1

Enquadramento temático



Cada vez mais se põem em curso diversas investigações com o objectivo de definir os papéis dos media, e tentar acompanhar o alargamento exponencial do seu campo de acção.

Por outro lado, a temática da ajuda humanitária e dos direitos humanos tem vindo a ser cada vez mais levada para a mesa de debate, em sucessivas tentativas de se encontrarem novos recursos, novas formas de agir.

Na perspectiva de cruzar as duas linhas de análise, e de reflectir sobre o crescente envolvimento dos media nas questões dos direitos humanos, considera-se importante reflectir sobre o papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária.

Os Direitos Humanos são para todos, em todos os tempos e em todos os lugares, defendem alguns autores, como Maurice Cranston. São, pois, os direitos e liberdades reconhecidos nas declarações e tratados internacionais universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, devendo ser tratados globalmente pela comunidade internacional. No entanto, houve sempre divergência sobre o alcance das normas enunciadoras de direitos fundamentais do Homem, debatendo-se se tais direitos são mesmo universais ou se seriam relativos. Para os universalistas os direitos humanos são de todos, para todos, em todos os tempos e lugares. Os relativistas preferem-nos relacionados ao sistema político, económico, cultural, social e moral vigente em cada sociedade.

Como acontecia no passado, e podemos citar o exemplo da África do Sul, com o apartheid, persistem, no presente, resistências à universalização, agora exigida pela comunidade mundial reunida em Viena, como é o caso do islamismo e hinduismo, mencionados por Flávia Piovesan¹.

Apesar dessa resistência residual, acredita-se que uma cultura global dos direitos humanos deverá prevalecer efectivamente.

Será que os media podem antecipar a emancipação dessa cultura global? E estarão os media dispostos a utilizar os meios de que dispõem para mobilizar para a acção humanitária? São estas as questões a que me proponho responder, com este trabalho de investigação.

¹ PIOVESAN, Flávia, *Temas de Direitos Humanos*, Editora Max Limonad, São Paulo, 2003

a) Os media

A palavra *Media* deve ser entendida, ao longo de todo este trabalho, como sinónimo de meios de comunicação de massa. O recurso a *Media* e não ao que aqui se entende como o seu significado foi uma tentativa de facilitar a leitura e o entendimento do tema deste trabalho, uma vez que se entende que esta relação é óbvia para todos. A palavra engloba, assim, o conjunto de todos os meios de comunicação de massas existentes: televisão, imprensa, rádio e internet.

O entendimento dos meios de comunicação como conducentes às massas não é de sempre. Os primeiros passos a esse nível foram dados por Harold Lasswell (1902 – 1978), em 1927, com a publicação de *Propaganda Techniques in The World War*. Esta obra trata das lições da primeira grande guerra e expõe os meios de comunicação como instrumentos indispensáveis à gestão governamental das opiniões públicas². Lasswell defendia que a propaganda era o único meio de suscitar a adesão das massas, e podia ser utilizado para os bons ou para os maus fins, e a audiência é encarada como “um alvo amorfo que obedece cegamente ao esquema estímulo/resposta”³. Aqui se começa a delinear a teoria da força dos meios de comunicação social, como quase onnipotentes e aqui nasce a ideia de um poder inquestionável mas ainda sem número.

O poder dos meios de comunicação é incomensurável. Uma informação verdadeira ou falsa, manipulada ou factual, tornada pública assume um ritmo próprio e imparável, e nunca mais poderá ser totalmente apagada. Podemos desmentir, corrigir ou alterar, mas a informação não pode ser morta.

A força da palavra escrita, desde a criação da imprensa com Gutenberg, provocou nos principais grupos sociais, económicos,

² LASSWELL, Harold, *Propaganda Techniques in the World War*, Cambridge, London, 1971

³ MATTELART, Armand e Michéle, *História das Teorias da Comunicação*, Campo das Letras, Porto, 1997

políticos e religiosos o maior dos interesses. Todos eles perceberam rapidamente o poder dos meios de comunicação de massas e a possibilidade única que ofereciam para difundir uma mensagem e controlar, muitas vezes através da manipulação da comunicação, as audiências⁴.

Nos anos setenta, Elihu Katz e Jay G. Blumler decidiram, à luz da perspectiva da sociologia funcionalista, colocar a questão: “O que é que as pessoas fazem dos media?” (Teoria dos Usos e Gratificações). Estes dois autores concordaram que “os media dizem aquilo em que se deve pensar, fazem as funções de um “mestre de cerimónias”, ou então de um quadro de afixação onde apareceriam os problemas que devem ser debatidos numa sociedade”⁵. Hoje podemos traduzir este pensamento: os media fazem a agenda. Como Bernard Cohen disse, em 1963, “a imprensa pode não ser, a maior parte das vezes, bem sucedida a dizer às pessoas o que pensar, mas é espantosamente bem sucedida a dizer aos leitores sobre o que pensar”⁶. É nesta ideia que iremos centrar todo este trabalho, perguntando se os media têm ou não meios para mobilizar a sociedade civil. E se tem, como se determina para que fins os devem utilizar.

Este trabalho vai debruçar-se, na maioria das vezes, sobre uma parte dos meios de comunicação de massas: a informação. A opção pela utilização da palavra “Media” em vez de “blocos informativos” ou de “telejornais” e “notícias” tem a ver com o facto de existirem outros campos para além do jornalístico que podem efectivamente ter um papel na mobilização da sociedade civil. Quando analisamos a relação das Organizações Não Governamentais com os meios de comunicação social, falamos, por

⁴ JUNQUEIRO, Raul, *A Idade do Conhecimento: A Nova Era Digital*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002

⁵ MATTELART, Armand e Michèle, *História das Teorias da Comunicação*, Campo das Letras, Porto, 1997

⁶ DEARING, James e ROGERS, Everett, *Agenda-Setting*, SAGE Publications, London, 1996

exemplo, das campanhas das ONGS que são divulgados pelos media em forma de anúncios e não com tratamento jornalístico.

b) As ONGs

As Organizações não Governamentais, conhecidas como ONG, são instituições independentes e autónomas, criadas, na maior parte das vezes, com o objectivo de desenvolver actividades de solidariedade, cooperação e apoio ao desenvolvimento de países ou comunidades mais pobres. São associações sem fins lucrativos, cujo único propósito é ajudar os mais desfavorecidos, à escala mundial.

A realidade actual não reflecte o percurso histórico das ONG nem o caminho, por vezes bastante difícil e solitário, percorrido por estas instituições para conseguirem realizar os fins a que, ao longo do tempo, se propuseram.

A emergência das ONG é identificável, em termos históricos, quer no espaço como no tempo. O primeiro palco foi o continente europeu (visto que foi sempre o continente mais desenvolvido, logo, mais dotado de recursos para poder ajudar os povos mais pobres). As ONG nasceram no seio de grandes movimentações, predominantemente reivindicativas, em meados do século XIX, como reacção acesa à falta de condições económicas, sociais e políticas que predominava. A classe operária sofria as graves consequências da recessão e crescia a cada ano a necessidade de criação de associações de luta contra a pobreza e de defesa dos direitos e garantias dos trabalhadores. Nasceram assim as primeiras associações de protesto contra a desigualdade social e respeito pelos direitos fundamentais do Homem, que tinham também fins mais específicos como a assistência imediata aos mais carenciados. Já nesta altura era exigido o devido distanciamento do Estado (visto como o principal causador do cenário de crise que se vivia) e a independência das restantes instituições estatais. O preço a pagar pela liberdade ideológica era a falta de

apoio e os escassos recursos com que estas associações tinham que sobreviver. Mesmo assim, à margem do poder instituído (e, por vezes, claramente contra ele), estas organizações foram crescendo e multiplicando-se, tendo sido grande a sua emergência em países como a Inglaterra, a França e a Alemanha.

A ajuda humanitária praticada pelas ONG - e também pelas associações religiosas que, para além de espalharem a fé, tinham como propósito algumas acções de caridade e apoio a vítimas – estendeu-se aos territórios africanos com a ajuda da ocupação colonial. Em 1863, nasceu a Cruz Vermelha, um movimento laico de inspiração cristã com sede em Genebra, que ainda hoje é uma das maiores organizações a prestar assistência a nível mundial. E, em 1897, institui-se a Caritas, na Alemanha, que em 1950 viria a transformar-se na Caritas Internacional.

Estas duas instituições, bem como o Exército da Salvação (criado em 1865, em Londres) e o Conselho Ecuménico das Igrejas (que nasceu em 1948, em Amsterdão) foram as primeiras ONG de que se teve conhecimento, todas elas com intervenção no âmbito da ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento e cujos limites de acção eram (e ainda são) à escala planetária.

A I^a Guerra Mundial, não foi, ao contrário do que se possa pensar, determinante a nível da proliferação histórica das ONG, mas a II^a Guerra Mundial marcou, certamente, essa diferença. Em poucos anos, nasceram numerosas associações de ajuda humanitária, inicialmente centradas no apoio à Europa Ocidental (parcialmente devastada pela Grande Guerra e por outros conflitos armados), como é o caso da Oxfam (1942), da Catholic Relief Service (1943), e da CARE – American Co-Operative Agency for Relief Everywher – (1945).

No início da década de 50, o contexto político-ideológico da Europa começa a favorecer a criação de ONG e o trabalho desenvolvido por estas instituições. Emergem preocupações de ordem social e económica e também ao nível da defesa dos direitos fundamentais, que se iram consubstanciar, muitas vezes, na existência de associações de intervenção humanitária. Os movimentos

ideológicos apoiam a instrumentalização das ONG já existentes e incentivam à criação de outras. É também nesta altura que o fenómeno ONG começa a ganhar forma fora da Europa, essencialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, e, mais tarde, em África, na Ásia e na América Latina.

O trabalho das ONG tornou-se cada vez mais central, quer na resolução de conflitos, como forças intermediárias ou moderadoras, quer no âmbito social, mais ligado aos princípios fundamentais da fundação inicial destas associações, de apoio aos mais carenciados. Os anos 80 foram considerados o decénio das ONGD, sendo nesta década a sua acção reconhecida e ficando, a partir daí, sublinhados a importância e o potencial destas instituições. Na década de 60 o modelo de organização das ONG assentava na intervenção, na captação dos recursos para enfrentar problemas sociais como a pobreza e as dificuldades de desenvolvimento. Vinte anos mais tarde, o modelo a seguir era outro: a aposta na participação activa dos afectados que transformava as ONG em organizações de pressão política. Para que estas instituições consigam ser novos actores políticos, exige-se a total independência dos poderes político e económicos e de qualquer outro poder instituído também dos Media, se puderem ser considerados o “quarto poder”). Esta distância nem sempre é conseguida, até porque o segundo grande requisito para transformar as ONG em actores políticos é a de conquistar um forte apoio da sociedade civil. Essa força e legitimidade só se conseguem com a interacção das ONG com os Media e também com os outros poderes, caso contrário, a visibilidade das suas acções não é mais do que permitida. Está nas mãos da opinião pública apoiar as causas defendidas pelas ONG e transformá-las em pressões políticas dotadas de coerência e lógica. Mas antes, está nas mãos dos Media permitir que as ONG tenham a visibilidade necessária para contagiar a opinião pública.

Consegue delinear-se imediatamente aqui uma corrente de valores que não deturpa qualquer tentativa de independência que as ONG possam aclamar. Seria talvez desejável que, para evitarem um confronto ideológico, as ONG conseguissem tornar-se apolí-

ticas. No entanto, esse ideal não pode passar disso, porque é impossível contribuir para a educação, para o desenvolvimento, para a defesa e garantia dos direitos fundamentais, para a luta contra os flagelos sociais desprovido de uma associação à política, à ideologia e à pressão (sobre quem não segue as regras e prefere ignorar a realidade).

O mundo das ONG é muito mais amplo e complexo do que se imagina. As suas práticas são muito controladas e paira sobre estas instituições um certo nível de desconfiança. Este facto baseia-se, porventura, na forma de pensar na maioria das pessoas: é mais fácil acreditar que alguém faz o mal do que crer nas boas práticas. As ONG são frequentemente acusadas de serem poderes não democráticos e não fiscalizados, dada a grande credibilidade que a opinião pública lhes confere. A sua legitimidade advém essencialmente do apoio da opinião pública democrática (o que parece paradoxal, já que é também a opinião pública – ou parte dela – que coloca sobre o trabalho das ONG a tal desconfiança).

Actualmente, existem milhares de ONG espalhadas pelo Mundo, e discutem-se outras problemáticas para além do seu reconhecimento: as suas relações com os estados e governos, que modificam a sua actuação e a forma como são vistas no exterior; e os maiores investimentos que hoje se fazem passam por criar estratégias de intervenção eficazes, capazes de responder ao título de forças transnacionais que as ONG hoje possuem.

Existem diferenças na actuação das Organizações Não Governamentais, dependendo dos fins a que estas se propõem. Interessa, essencialmente, distinguir dois pólos distintos de acção que, no entanto, por vezes se cruzam: A Ajuda Humanitária de Emergência e a Cooperação Para o Desenvolvimento.

Por Ajuda Humanitária de Emergência deve entender-se a tentativa de diminuir o sofrimento de seres humanos vítimas da fome, da guerra ou de outras catástrofes naturais e humanas, através da preservação da vida dentro do respeito pela dignidade humana. A Ajuda Humanitária de Emergência aparece como o primeiro passo a ser dado na resolução de situações de injustiça ou desres-

peito pela pessoa humana. O início de um longo caminho a percorrer para recolocar o Homem no centro da sua acção e dotá-lo de capacidades para fazer as suas próprias escolhas. As ONG que promovem este tipo de acções não querem salvar o mundo ou defender quaisquer interesses. Visam, essencialmente, salvaguardar o respeito e promover a justiça entre seres humanos – objectivos que, naturalmente, levam muito tempo a conseguir.

A Cooperação para o Desenvolvimento actua a outro nível. Destina-se a apoiar comunidades ou países que vivem dificuldades, baseando-se numa lógica de distribuição justa de recursos e oportunidades. As ONG que promovem este fim vêm na cooperação um espaço aberto à partilha de bens, valores, recursos materiais e espirituais próprios de cada povo, que deve ser o fruto de uma solidariedade recíproca entre povos. A sua actuação só pode ser entendida numa lógica a longo prazo, com efeitos visíveis apenas com o decorrer do tempo.

Os legisladores de vários países reconheceram a importância das organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento e decidiram regular a sua actuação, preservando sempre a sua independência do Estado. Em Portugal, está actualmente em vigor a Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro, que define o âmbito, o objecto e a natureza jurídica das ONGD. O art.º 11º, n.º 5 prevê o apoio do Estado às ONGD, mas garante que esse “apoio não pode constituir limitação ao direito de livre actuação das ONGD”.

Em 1985, foi criada em Portugal a Plataforma Portuguesa, que consiste na união de Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD), e que visa ser um elo de ligação entre as instituições, a sociedade civil, os órgãos de soberania e outras instituições (como os Meios de Comunicação Social). Esta união pretende potenciar as acções para um mundo melhor e tornar cada vez mais global a actuação solidária. Actualmente, fazem parte da Plataforma Portuguesa 49 ONGD, de fins e objectivos muito heterogéneos. Dentro das actividades promovidas pela Plataforma Portuguesa estão a sensibilização da opinião

pública e a formação para acções de solidariedade social; a participação e organização de conferências internacionais sobre o papel e a actuação das ONGD; a promoção de políticas de desenvolvimento e a disseminação da informação e de publicações sobre estas instituições e a sua actuação (como o Guia das ONGD).

c) A sociedade civil

O conceito de sociedade civil evoluiu muito ao longo do tempo. Historicamente, e remetendo para a época do Renascimento, assistimos a uma definição de sociedade civil por oposição a sociedade natural, significando a existência de uma comunidade organizada a nível social, político e económico, e regida pela razão.

Vários autores definiram o conceito. John Locke inclui o Estado como requisito de existência de sociedade civil e fazia-a depender consequentemente do ordenamento político-social de um território. Hegel defendia sociedade civil como um espaço social situado entre a Família e o Estado. Adam Smith retirava da definição a Família e colocava o Mercado, definindo sociedade civil como o todo que era socialmente construído dentro das duas figuras.

François Hartout⁷ defende que, actualmente, a noção de sociedade civil pode dividir-se em três concepções: a concepção burguesa; a concepção angélica; e a concepção analítica ou popular⁸.

A concepção burguesa defende que a sociedade civil é o lugar de desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e dos espaços do exercício das liberdades. Como pivots desta sociedade civil, a concepção burguesa destaca a empresa, mas identifica ainda

⁷ Professor Emérito da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve e Director do Centro Tricontinental, na Bélgica.

⁸ HOUTART, François, “Société Civile et Espace Public”, artigo apresentado no Fórum Social Mundial 2001, no Rio Grande do Norte, Brasil

outros protagonistas: os media, a religião e as organizações voluntárias.

Como efeito da aplicação desta concepção da sociedade civil, o mercado configura o campo do consumo e o da cultura, tornando-se a norma universal do funcionamento das relações humanas. Assiste-se a uma despolitização da sociedade civil, pela preponderância do mercado e a crescente virtualidade da política.

A concepção angélica da sociedade civil é composta pelas organizações geradas pelos grupos sociais mais fragilizados, pelas ONG, pelas instituições de interesse comum. É definida como a organização de indivíduos agrupados em estratos, reivindicando um lugar no seio da sociedade. Esta concepção pode, por isso, conduzir os combates sociais ao denunciar as falhas e os abusos do sistema. No entanto, não existe uma união que permite exercer a resistência organizada, o que faz com que esta concepção albergue, muitas vezes, ideologias anti-estado, culturalistas e utópicas (do ponto de vista de quase desejarem a simples anarquia).

A concepção analítica ou popular entende a sociedade civil como um lugar onde se produzem as desigualdades sociais, onde muitas instituições protagonizam grandes clivagens ideológicas. O espaço público é monopolizado pelas forças económicas, os grupos dominantes agem à escala mundial e utilizam os Estados não para a prossecução dos fins da Justiça ou do Bem-Estar, mas antes para controlar as populações e servir o mercado.

Perante este cenário é importante questionarmo-nos sobre que sociedade civil devemos desejar e qual serve exactamente o âmbito deste trabalho.

Devemos encarar a sociedade civil na perspectiva da concepção popular, pressupondo novos requisitos para a sua actuação. A sociedade civil deve conseguir mundializar as resistências e as lutas, unir as movimentações (em vez de permitir a sua fragmentação). É crucial entender a sociedade civil como um todo com potencial para agir, e colocá-la pronta para ser não “dirigida” mas aconselhada e guiada na sua acção em nome de causas.

No caso específico deste trabalho, pretende-se encarar a soci-

idade civil como o conjunto de agentes potencialmente capazes de intervir na resolução de conflitos, na conquista e na garantia da defesa dos direitos humanos e na mobilização para a ajuda humanitária. Se assim entendermos a sociedade civil (nesta análise, apenas como um agente à espera de estímulos – e não de ordens – para intervir), todo este trabalho será o de compreender de onde pode vir a motivação. Colocando-se sempre a hipótese do estímulo poder ser eficazmente projectado pelos meios de comunicação de massa.

d) A mobilização

Para o sociólogo colombiano Bernardo Toro⁹, mobilização significa “convocar vontades para actuar na busca de um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados”. Aceitar ser mobilizado é uma escolha individual, apenas assente na capacidade que cada pessoa sente ter ou não para produzir mudanças, e na responsabilidade que sente que cada situação lhe atribui. O autor adianta ainda que a mobilização é um acto de comunicação, uma vez que se trata de compartilhar interpretações e sentidos.

O contexto socio-económico da América Latina foi o escolhido por Bernardo Toro para estudar a mobilização, já que, no seu ponto de vista, ela é o único caminho para construir uma nova forma de convivência democrática, baseada na cidadania e no desenvolvimento. Foi neste enquadramento que o autor estabeleceu um conjunto de características que a mobilização possui, que são pistas para o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, a mobilização precisa de envolver um **produtor social**. É necessário que exista uma pessoa ou entidade com autoridade e legitimidade para servir de base a grandes mudanças. Interessa perceber se a “sociedade civil” que constantemente re-

⁹ TORO, Bernardo, e WERNECK, Nísia Duarte, *Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação*, disponível integralmente on-line em <http://www.facaparte.org.br/new/download/livro%20nisia.pdf>

ferimos tem essa capacidade de fazer a mudança e de agir. A Revolução dos Cravos prova que a sociedade civil é um produtor social: conseguiu provocar a queda de um regime ditatorial, impor a mudança e criar, lentamente, novas molduras sociais, económicas, políticas e culturais.

A segunda característica da mobilização, apontada por Toro, é a existência de um **reeditor social**¹⁰: “pessoa ou entidade que, pelo seu papel social, ocupação ou trabalho, tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade”¹¹ É a pessoa com público próprio que tem poder de negar, transmitir, introduzir e criar sentidos, capaz ainda de modificar as formas de pensar e de agir do seu público. Existe uma proximidade entre esta figura de Toro e o *opinion leader* de Paul Lazarsfeld. Contudo, não é alguém que se limite a reproduzir conteúdos sem autonomia, como simples multiplicador. Tem um campo de acção, um campo de influência localizado. Os veículos de massa podem perfeitamente fazer este papel: a liberdade de expressão é uma das grandes conquistas democráticas e os media traduzem a amplitude dessa conquista. Quanto à legitimidade, é dada pelas pessoas, pelas massas que fazem dos meios de comunicação essa entidade com capacidade de estimular, motivar e provocar mudanças. Existem vantagens que só os profissionais e as empresas de media possuem em qualquer processo mobilizatório, em relação aos outros possíveis reeditores sociais: são altamente instrumentalizados e podem chegar às massas e não apenas a pequenos públicos previamente definidos.

Bernardo Toro acrescenta ainda um terceiro actor a esta trilogia do processo de mobilização: o **editor**, que é quem elabora as mensagens, as divulga e permite que sejam compreendidas,

¹⁰ Termo criado por Juan Camilo Jaramillo (1991) e posteriormente adoptado por Bernardo Toro.

¹¹ TORO, Bernardo, e WERNECK, Nísia Duarte, *Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação*, disponível integralmente on-line em <http://www.facaparte.org.br/new/download/livro%20nisia.pdf>

transformando-as em formas de sentir e de agir em função do imaginário compartilhado. Isto significa que o editor é quem codifica as mensagens com códigos que o receptor consiga decodificar. Neste estudo, este papel de editor vai caber aos jornalistas, aos profissionais que, seguindo as lógicas das empresas para onde trabalham, e as directrizes superiores, trabalham a matéria bruta e têm nas mãos a possibilidade de transformar simples mensagens em elementos despoletantes de processos de mobilização.

Assim, se adaptarmos a teoria da mobilização de Bernardo Toro a este trabalho, é possível fazer uma correspondência directa entre os actores: o produtor social é a sociedade civil; o reeditor social são os media; e os jornalistas são os editores.

Segundo Bernardo Toro, podemos encarar a mobilização de duas formas distintas: como fim e como meio. Para os meios de comunicação social, mobilizar poderia ser um meio para atingir um fim (mais ou menos egoísta, como se verá mais à frente); mas é também um fim: conseguir que a sociedade civil se reveja em sentimentos compartilhados, participe naquilo que lhe é proposto. Esta adesão poderia dar a ideia de os media “movem montanhas”, o que não será um rótulo nada nefasto para os órgãos de comunicação social.

Toro decompõem esta ideia da seguinte forma: “Considerá-la como meta e meio significa considerar a participação como um valor democrático: Toda a ordem social é construída pelos homens e mulheres que formam a sociedade. A ordem social não é natural e cada sociedade é que constrói a sua ordem social. Porque ela não é natural é possível falar em mudanças. Quando a sociedade começa a entender que é ela que constrói a ordem social, vai adquirindo a capacidade de auto-fundar a ordem social, de construir a ordem desejada, vai superando o fatalismo e percebendo a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da sociedade. A participação deixa de ser uma estratégia para converter-se em acção rotineira, essencial. Neste sentido, a participação é o modo de vida da democracia”.

Este entendimento de que a participação é o modo de vida da democracia reforça ainda a incompreensão, a dúvida sobre o porquê da nossa sociedade civil não aceder, tradicionalmente, aos estímulos para agir (de variada ordem, mas que no caso da mobilização para a ajuda humanitária é expoente máximo).

Capítulo 2

Enquadramento metodológico

COLÓQUIO

**O Papel dos Media
na Mobilização da Sociedade Civil
para a Ajuda Humanitária
ISCSP**

8 Junho □ 16 horas
Piso -1 Sala 6

Convidados:
Prof. Doutora Paula Escarameia (ISCSP)
Prof. Doutora Isabel Ferin (CIDAC)
Dra. Madalena Marçal Grilo (UNICEF)
Sofia Branco (Público)
Susana Sousa (Fundação AMI)

Moderação: Prof. Doutor Manuel Meirinho

Apoios:

Para fundamentar este trabalho considerou-se que a melhor opção metodológica decorria do recurso a três métodos distintos: a pesquisa bibliográfica; um colóquio subordinado ao tema “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”; e uma entrevista.

Inicialmente, estava previsto realizar ainda inquéritos de administração indirecta, e aplicá-los a um conjunto de vinte cinco Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, que desenvolvem actividades no âmbito da ajuda humanitária e da defesa dos direitos humanos. Chegou a ser enviado a essas ONGs um questionário, via e-mail, que solicitava o devido preenchimento e o posterior reenvio para o remetente, via e-mail ou postal.

Esse questionário acabou por não ser utilizado para fundamentar metodologicamente este estudo, uma vez que o número de respostas foi muito reduzido e insuficiente para retirar quaisquer conclusões.

a) Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a realização deste trabalho. Houve uma clara tentativa de ir “beber” aos clássicos algumas noções conceptuais importantes para o enquadramento temático e que serviram também como apoio ao longo dos vários capítulos. Paralelamente, houve uma pesquisa centrada em “novos pensadores”, na medida em que o papel dos media tem sido frequentemente estudado, e mais recentemente, tem vindo a ser feita a sua caracterização na relação com outras entidades. Esses estudos desenvolvem-se à escala mundial, e colocam os media no centro de várias cadeias de valores, como mediadores, actores e figuras centrais na resolução de algumas situações de conflito. Também este trabalho pretende compreender a relação entre os meios de comunicação de massas e a sociedade civil, bem como o poder que os media têm (ou não) de mobilizar a sociedade civil para qualquer tipo de acção.

b) Colóquio

O Colóquio “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária” decorreu nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, no dia 8 de Junho, pelas 16 horas, com moderação do professor Doutor Manuel Meirinho.

Esta iniciativa foi pensada para ser a grande base metodológica deste trabalho, e a sua utilização como tal dependeria do seu sucesso a nível de produção de conteúdos. Acabou por se confirmar o objectivo inicial, e este trabalho vai fundar-se, essencialmente, nas conclusões retiradas do colóquio, com base no testemunho dos convidados e também da interacção destes com a assistência.

A organização do colóquio compreendeu várias fases, que passo a especificar.

Fase 1 – Abril 2004

Marcação do dia de realização do evento. Considerou-se que a primeira semana de Junho seria a mais indicada para realizar este trabalho, tendo em conta o tempo necessário para a organização. Definiu-se o dia 8 de Junho.

Definição dos **convidados** e elaboração dos convites. Foram escolhidos, inicialmente, os seguintes elementos:

1. **Professora Doutora Paula Escarameia**, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – o convite foi feito pessoalmente, e posteriormente foi oficializado com um e-mail.

Pretendia-se que a sua intervenção se centrasse no caso de Timor-Leste, entendido pela organização do colóquio como comprovativo do poder dos media na mobilização da sociedade civil. A professora Doutora Paula Escarameia foi escolhida pelo seu prestigiado curriculum e pelas diversas

publicações que tem sobre esta matéria. E por ser Membro da Comissão de Direito Internacional da ONU (mandato de 2002 a 2006 – equiparada a Sub-Secretário Geral da ONU). Foi também conselheira jurídica da Missão de Portugal junto das Nações Unidas de 1995 a 1998, tendo representado Portugal nas negociações e debates de numerosas convenções internacionais, nas áreas do terrorismo internacional, crimes internacionais, Direito do Mar, trabalhos da Comissão de Direito Internacional, entre outras.

2. **Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha**, do CIDAC – o convite foi feito por e-mail.

A escolha desta convidada funda-se no facto de desenvolver continuamente estudos aprofundados sobre o tratamento que os media fazem das minorias étnicas, e sobre a identificação dos media como novos intervenientes das relações sociais.

Actualmente coordena uma equipa de investigadoras que desenvolvem com o ACIME o Projecto “A imigração e as minorias nos media”. Como vice-presidente do centro de Investigação Media e Jornalismo coordena, também, dois projectos da Fundação Ciência e Tecnologia centrados na análise dos media.

3. **Sofia Branco**, jornalista do Público. O convite foi feito por e-mail.

Não seria possível falar do papel dos meios de comunicação social – a qualquer nível que fosse – sem incluir o testemunho de quem integra esses órgãos. Assim, foi considerada crucial a participação de um jornalista. A escolha recaiu sobre a Sofia Branco, porque esta jornalista recebeu recentemente várias homenagens e prémios jornalísticos por trabalho sobre direitos humanos, nomeadamente, quatro artigos sobre a mutilação genital feminina. Logo, foi considerada a melhor escolha, por se perspectivar que o seu testemunho

se poderia voltar não só para o papel dos media, mas também para o tratamento que os media fazem sobre os temas de direitos humanos – uma outra vertente a explorar neste trabalho.

Sofia Branco foi galardoada com o Prémio Natali 2003 para a Europa pelo seu trabalho de investigação em torno da mutilação genital feminina praticada na comunidade guineense em Portugal. O trabalho intitula-se “Mutilação Genital Feminina – O holocausto silencioso das mulheres a quem continuam a extrair o clitóris”, e foi ainda distinguido com o Prémio Mulher Reportagem Maria Lamas 2002; o Grande Prémio Imigração e Minorias Étnicas – jornalismo pela tolerância, do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas; e uma menção honrosa no Prémio AMI – Jornalismo Contra a Indiferença.

4. **Dra. Madalena Marçal Grilo**, a directora executiva do Comité Português das UNICEF. O convite foi feito por e-mail, direccionado à D. Carmen Serejo, assistente da Dra. Madalena Marçal Grilo.

Considerou-se importante que a UNICEF, como uma das mais importantes organizações não governamentais a nível mundial, e a operar em Portugal, estivesse presente no colóquio. Pretendia-se conhecer as características da relação da UNICEF com os meios de comunicação social, e qual a importância que a UNICEF dá a essa relação, para o desenvolvimento da sua actividade no mundo e, especificamente, em Portugal.

5. **Susana Sousa**, do departamento de Informação e Comunicação da Fundação AMI (Assistência Médica Internacional). O convite foi feito por e-mail.

À semelhança do que se passou com a UNICEF, também se considerou que o debate enriqueceria com a participação de um representante da Fundação AMI; como a associação

portuguesa que, provavelmente, mais reconhecimento tem a nível internacional. O convite foi direccionado a um representante da Fundação AMI, e foi a própria organização que deu o nome de Susana Sousa.

É licenciada em Relações Internacionais (ISCSP) e fez o Mestrado em Estudos Chineses. Foi jornalista e em Julho de 2000 integrou o Departamento de Informação e Comunicação da Fundação AMI.

Actualmente, é responsável pela elaboração dos conteúdos da revista trimestral AMI Notícias e está encarregue da divulgação das iniciativas da AMI junto dos Media.

Estas cinco convidadas aceitaram o convite, mas o evento só pode contar com três: Sofia Branco, Dra. Madalena Marçal Grilo e Susana Sousa. A Professora Doutora Paula Escarameia e a Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha não puderam vir, por razões pessoais.

Foram então efectuados mais dois convites, para se proceder à substituição dos convidados.

6. **Henrique Botequilha**, jornalista da Visão. O convite foi feito por via telefónica.

Este jornalista esteve destacado pela Revista Visão em Timor, quer em 1999, quer nos anos seguintes e, por isso, foi considerado que seria a pessoa indicada para nos falar de como o caso de Timor Leste se desenvolveu, essencialmente do ponto de vista jornalístico.

7. **Dr. José Miguel Costa**, vice presidente da Amnistia Internacional. O convite foi feito por e-mail, direccionado à secção portuguesa da AI. A organização é que sugeriu o nome do Dr. José Miguel Costa como seu representante no colóquio. Os motivos que levaram à escolha de um membro da Amnistia Internacional para participar no debate foram os mesmos que guiaram a sugestão da presença dos membros da UNICEF e da Fundação AMI.

Fase 2 – Abril / Maio 2004

Pedidos de patrocínios. Foram enviadas várias solicitações de apoio a diversas empresas, sendo que, no final, foram as seguintes que apoiaram o evento:

1. Banco Totta – com pastas e canetas.
2. Nestlé – com águas e chocolates.
3. Dan Cake – com o coffee break.
4. Águas de Monchique – com águas.
5. Florista Jardim das Amoreiras – com flores.
6. Revista Fórum DC – com divulgação.
7. Fundação AMI – com divulgação.
8. ISCSP – com cedência da sala para realização do evento.

Fase 3 – Maio / Junho 2004

Divulgação do evento. Foi elaborado um *press release* e enviado por e-mail para:

1. Redacções e secções de Media de vários órgãos de comunicação social (Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Agência Lusa, RTP, SIC)
2. Lista de ONGs que fazem parte da Plataforma Portuguesa de Organizações Não Governamentais
3. Contactos pessoais.

Fase 4 – Junho 2004

Realização do Evento. O colóquio decorreu no dia 8 de Junho, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Teve a duração de cerca de 3 horas, e estiveram presentes cerca de 60 pessoas.

Todas as intervenções (dos convidados e da assistência) foram filmadas (com autorização de todos presentes), com vista a servir, posteriormente, como base metodológica deste trabalho.

Fase 5 – Junho 2004

Consequências. O colóquio serviu de mote a uma notícia publicada na edição impressa de 9 de Junho de 2004 do Jornal Público (ver anexo), com o título “Direitos Humanos Têm Tratamento Secundário na Comunicação Social”.

A mesma notícia foi publicada na edição on-line do Público.pt (ver anexo) e também na secção de Notícias do website da Revista Fórum DC (ver anexo).

A transcrição integral e *ipsis verbis* das intervenções do Colóquio está em anexo.

c) Entrevista

Como foi dito anteriormente, a Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha não pôde participar no Colóquio “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”, por razões pessoais.

No entanto, o seu testemunho continuou a ser considerado de extrema importância para este trabalho. Numa tentativa de atenuar essa lacuna, decidiu-se realizar uma entrevista à Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha, após a realização do colóquio.

Essa entrevista versou sobre o tema deste trabalho, e realizou-se no dia 15 de Junho, pelas 18 horas, no Centro Cultural de Be-

lém. A entrevista foi gravada (com a autorização da entrevistada) e a sua transcrição integral está em anexo.

As perguntas que foram colocadas:

1. Ao longo dos seus vários trabalhos sobre a imigração e as minorias, encontrou algum papel específico que caiba aos media?
2. A busca pela negatividade dos factos que restringe os acontecimentos noticiáveis (no âmbito de direitos humanos e ajuda humanitária) a catástrofes?
3. O que pode ser feito para que os jornalistas não pensem apenas numa lógica de concorrência, e passem a pensar numa lógica de dever e de responsabilidade social?
4. A sociedade civil tem conhecimento suficiente sobre as questões de direitos humanos para exercer pressão sobre os media?
5. Porque é que acha que Timor resultou?
6. A falta de transparência de algumas ONGs pode dificultar todo o processo de mobilização?
7. Como vê a dicotomia de universalismo / relativismo em relação aos direitos humanos?

Capítulo 3

O caso de Timor-Leste



O envolvimento dos meios de comunicação e da sociedade civil na história de Timor Leste é paradigmático e interessa, por isso, compreender quais as características e que contexto o tornam tão especial.

O objectivo não é, contudo, fazer deste trabalho um estudo de caso. É antes atribuir-lhe algum peso a nível prático, através do recurso a um exemplo que todos conhecem e cuja veracidade ninguém pode negar.

a) A história

"Timor Leste foi uma das piores catástrofes da Segunda Guerra Mundial em número de mortos relativo à população total, mas esse aspecto da Guerra do Pacífico nunca interessou a ninguém".

James Dunn¹



¹Historiador australiano, Cônsul em Dili no período entre 1961 e 1963.

Timor foi, desde sempre, considerado um território estratégico dada a sua localização geográfica: entre a Indonésia, as Filipinas e a Austrália, com acesso à China. Esta foi a justificação para a invasão de Timor durante a Segunda Guerra Mundial, primeiramente pela Austrália – com o objectivo de organizar uma resistência no território –, depois pelo Japão – que criaram lá vários campos de concentração e cometeram as mais incríveis violações de direitos humanos no território. O resultado final foi a morte de mais de 60 mil pessoas². Apesar disso, Portugal continuou a ter uma atitude muito passiva relativamente ao território, preferindo não investir no território e deixando-o ao abandono, em destroços.

Em 1945, a Indonésia torna-se independente da Holanda, com Sukarno no comando, e assume-se como uma república. Durante anos, nunca foi manifestado o interesse de Jakarta em Timor Leste, e decorreu um período de mais de uma década de coexistência aparentemente pacífica.

Em 1966, o governo de Sukarno é derrubado por um golpe de estado liderado pelo general Suharto. As ideias do novo comandante do território mostravam-se mais activistas e deu-se início a uma cruel “caça aos comunistas” de todo o arquipélago, que levaria à morte meio milhão de pessoas. O provérbio popular “longe da vista, longe do coração” não podia fazer mais sentido, e nada justifica melhor a apatia geral perante tamanhas atrocidades, cometidas numa ainda colónia portuguesa.

Em 25 de Abril de 1974 dá-se a Revolução dos Cravos, em Portugal, e começa o processo de descolonização, em que Portugal decide colocar nas mãos dos timorenses a decisão sobre o seu futuro.

A derrubada da ditadura salazarista motivou a formação de partidos políticos no Timor e a criação da Comissão para a Autodeterminação pelas autoridades coloniais ainda em 1974. A União Democrática Timorense (UDT) foi a primeira a ser legalizada. Este partido conservador defendia a progressiva autonomia

² ANVERSA, G., *Timor-Leste: Descolonização Malograda e Genocídio*, Porto Alegre, Folha da História, 1998.

política de Timor, mantendo fortes laços com Portugal. Representava os interesses dos membros timorenses da administração colonial e da elite local: proprietários de plantações de café, negociantes e a maioria das pequenas comunidades portuguesas e chinesa, com o apoio dos liurais mais próximos ao poder colonial. As suas lideranças formaram-se no partido oficial do salazarismo, a ANP (Associação Nacional Popular), o único da ditadura³.

Nasce, poucos dias depois, a ASDT (Associação Social Democrata Timorense), que, mais tarde, muda o seu nome para FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Oriental). E funda-se ainda a APODETI (Associação Popular e Democrática Timorense), que defende a integração do território na república da Indonésia e é, consequentemente, apoiada pelo general Suharto.

Nos meses de Fevereiro e Março de 1975 realizam-se eleições em Timor, ambas ganhas pela FRETILIN, mas nem por isso se consegue alguma estabilidade. Começam a correr boatos de que a FRETILIN estaria a preparar um golpe de estado marxista e a consequência é a guerra civil, despoletada em Agosto do mesmo ano, e que causaria a morte de mais 3 mil pessoas.

“My friends and I were forced to join the Indonesian Army. We were warned; all who didn't join the army had to take the consequences. ... If you don't fight, you get killed yourself.

I went on operations to kill other Timorese, ordinary people. Then I felt strange. None of us felt good. At first we are sad, we have remorse, but after two or three years, it was easy.

I had to kill my best friend. I don't want to talk about it. I don't feel good when I think about it. ...

³ ANVERSA, G., “Não À Barbárie! A Independência de Timor Leste”, artigo publicado on-line em <http://www.nao-til.com.br/nao-68/timor.htm>.

They knew he was my best friend and I was forced to shoot him. They do these things to test you.”⁴

A FRETILIN declarou a independência de Timor Leste a 28 de Novembro de 1975, enquanto a Indonésia se infiltrava no território, e a 7 de Dezembro do mesmo ano, o exército indonésio começou a bombardear Dili e a invadir o país.

A FRETILIN esperava obter apoio internacional e a Assembleia Geral da ONU assinou uma resolução que condenava, de facto, a invasão indonésia, contudo, não houve consequências práticas. A violência, a fome e a migração forçada da população timorense começa a somar mortos, com a contagem a chegar aos 300 mil.

“The reasons for the disgraceful record have sometimes been honestly recognized. During the latest phase of atrocities, a senior diplomat in Jakarta described “the dilemma”faced by the great powers: “Indonesia matters, and East Timor doesn’t.”It is therefore understandable that Washington should keep to ineffectual gestures of disapproval while insisting that internal security in East Timor “is the responsibility of the government of Indonesia, and we don’t want to take that responsibility away from them- the official stance a few days before the August referendum, repeated in full knowledge of how that “responsibility”had been carried out, and maintained as the most dire predictions were quickly fulfilled”⁵.

Sem apoios externos, a FRETILIN assume a defesa do território com os meios escassos que dispunha e forma a guerrilha

⁴ testemunho de um jovem timorense, recolhido do livro *East Timor: Genocide in Paradise*, do jornalista Matthew Jardine.

⁵ CHOMSKY, Noam, *Rogue States: The Rule Of Force in World Affairs*, Sound End Press, New York, 2000

FALINTIL, que vai assegurar a autonomia do território durante mais de duas décadas, à custa de muitas baixas.

Timor esteve fechado ao mundo, e naquele território foram cometidas as maiores atrocidades: eram mortos todos aqueles que as tropas indonésias considerassem colaboradores da guerrilha, quase todo o território foi incendiado e destruído, e a Indonésia não se acanhava de bombardear Timor Leste com napalm – as mesmas bombas utilizadas na guerra do Vietname.

Vários especialistas acreditam que este foi o maior genocídio do século XX, eliminando 44% da população Timorense⁶.

A 31 de Dezembro de 1978, o exército indonésio matou Nicolau Lobato, o líder da guerrilha. Assumo então o comando da FALINTIL José Alexandre Gusmão, conhecido por Ray Kala Xanana. Em 1987, Xanana Gusmão cria o CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), e consegue reunir todos os partidos.

Em Outubro de 1989, o Papa João Paulo II visita Timor Leste, na sequência de um relativo alívio da pressão sobre o território, por parte da Indonésia.

A 12 de Novembro de 1991 dá-se o Massacre de Santa Cruz: as tropas indonésias atiram contra a multidão que se encontrava no cemitério de Santa Cruz, a prestar homenagem a um estudante que tinha sido morto. No local, foram brutalmente assassinada pelo menos 200 pessoas, tendo essas imagens sido captadas por dois jornalistas que se encontravam entre a multidão e conseguiram escapar: Max Stahl e Steve Cox. São estas imagens que vão mostrar ao mundo o que se vivia em Timor.

⁶ MAGALHÃES, António Barberdo de, *Timor Leste, Um Povo Esmagado Pela Mentira e Pelo Silêncio*, um estudo elaborado pela ocasião das VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997



“We are dying as a people and as a nation.”⁷

Ainda em Novembro de 1991, o líder da guerrilha timorense Xanana Gusmão é capturado em Dili, e levado para Jacarta, onde fica preso, até ser julgado, um ano e meio depois, e condenado à prisão perpétua. Em 1996, o bispo D. Carlos Ximenez Belo e José Ramos Horta são reconhecidos com o Prémio Nobel da Paz e volta a ser feita uma chamada de atenção ao mundo para a tragédia timorense.

No ano seguinte, a Indonésia começa a sentir as dificuldades resultantes de uma agravada crise económica na Ásia, e o regime de Suharto fica fortemente ameaçado. As manifestações de indonésios na rua multiplicam-se, até conseguirem derrubar o general, em maio de 1998. Nessa altura, Yusuf Habibie assume a liderança do país.

Portugal negocia com a Indonésia a realização de uma consulta popular e a UNAMET, uma missão das Nações Unidas, instala-se em Timor Leste para garantir a legalidade do plebiscito. A Indonésia sente-se ameaçada e acredita vigorosamente que o resultado da consulta popular vai tender largamente para a sua retirada do território. Para evitar que isso aconteça, o exército indonésio começa a exercer pressão sobre os populares e espalha o medo pela população. Mas, contra todas as previsões, no dia do

⁷ Frase de D. Carlos Ximenez Belo, Bispo de Timor-Leste

plebiscito, a 30 de Agosto de 1999, 98% da população timorense fez questão de deixar clara a sua posição e os resultados não podiam ser mais claros: a independência era o desejo de 78,5% dos timorenses⁸.

O exército indonésio não aceita os resultados e, antes mesmo da sua divulgação, dá início a uma cruel onda de violência que forçou os populares a fugirem para as montanhas, para os edifícios de instituições internacionais. Nem assim conseguem escapar: as tropas invadem as sedes da Cruz Vermelha e das Nações Unidas, obrigando à evacuação de todos os estrangeiros que estavam no território. Timor voltava a ter as portas fechadas ao mundo.

A ONU continua a tentar negociar a paz com a Indonésia, enquanto, paralelamente, prepara uma força internacional de intervenção, a INTERFET, com dois mil soldados. No dia 20 de Setembro de 1999, a INTERFET chega finalmente a Dili, expulsa a Indonésia e encontra o mais dramático cenário: casas irrecuperáveis, terrenos totalmente incendiados e um grau de destruição que obrigaria todos a começar do zero.

b) A mediação

Da análise dos testemunhos recolhidos para o desenvolvimento deste trabalho, é unânime que o caso de Timor-Leste é paradigmático e com difícil repetição em Portugal. A sociedade civil foi, efectivamente, mobilizada, veio para as ruas, fez manifestações, vestiu-se de branco, vestiu-se de luto, rezou e cantou. A mobilização é um facto, mas não é tão claro o que terá estado na sua origem.

Timor viveu o horror durante anos, às portas fechadas (não interessa agora compreender quem são os culpados desta ignorância, mas não terão sido apenas os indonésios. A omissão pode ser um crime tão grave como a má acção). Foram as transmissões

⁸ GOMES, Pereira, *O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor Leste: o Preço da Liberdade*, Gradiva, Lisboa, 2001

das imagens do massacre no cemitério de Santa Cruz que mostraram o que se passava em território timorense e, provavelmente, se tal não tivesse acontecido, Timor poderia estar ainda a sofrer atrocidades. Por isso, os media tiveram aqui um papel determinante: não apenas os dois jornalistas – Max Stahl e Steve Cox – que arriscaram a vida para recolher as imagens, mas também todas as cadeias de televisão, jornais, revistas e publicações on-line que deram a essas imagens um enorme destaque.

Interessa, antes de mais, tentar compreender o porquê da decisão de mostrar imagens ao mundo, em vez de escondê-las pela sua violência e crueldade (como tantas vezes antes havia sido feito). Era impossível prever o efeito que essas imagens teriam nos anos que se seguiram e na história de Timor-Leste, por isso, creio que, acima de tudo, esta nova história sobre um território que quase ninguém conhecia foi um verdadeiro furo jornalístico, mais do que um primeiro passo para qualquer mobilização. Quer se tenham tratado de questões meramente egoístas ou tenha sido o bom senso e a solidariedade a motivar os media, o resultado final é o mais importante e, esse, ninguém pode negar que transformou os media em actores determinantes.

O papel posterior dos media nesta questão já não é tão claro. É sempre difícil saber quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha. Mas, neste caso, são os próprios jornalistas a dizê-lo: *“Se o caso de Timor Leste não tivesse tido tanto impacto junto da sociedade civil a cobertura não seria a mesma. E o motivo é mais simples do que pode parecer: porque não teria assunto para cobrir. Se aquelas massas, que alimentaram todos os noticiários, não estão na rua, não há nada para meter dentro da informação jornalística. Se essa vaga de emoção não tivesse acontecido, não haveria história para alimentar tanto tempo e com uma exposição tão prolongada o assunto de Timor”*⁹.

Portanto, os media terão feito o que sempre fazem: foram atrás das massas e deram-lhes o que elas queriam, naquele momento, naquele contexto: notícias de Timor. Mais uma vez, pode-

⁹ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão.

mos demitir-nos de analisar os motivos que levaram à cobertura alargada dos media, e sim debruçarmo-nos sobre qual foi o resultado final: as sociedades civis (não só a portuguesa, como também outras) mobilizaram-se, os media correram atrás, a pressão sobre as decisões políticas aumentou e houve acção para salvar Timor.

Mas a sociedade civil não se move facilmente e é largamente defendida a ideia de que com Timor “*Portugal acompanhou tudo com uma emoção sem par na história recente e provavelmente irrepetível nos próximos anos*”¹⁰. “*Difícilmente se conseguirá mobilizar a sociedade civil como no caso de Timor. Houve uma campanha “África Amiga”, que visava conseguir fundos para Angola, e que resultou muito mal, por diversas razões. Na verdade, a sociedade não se mobilizou e houve muita mediatização. Os media fizeram uma campanha muito agressiva. Mas os media podem motivar, mas se a sociedade não tiver aberta, não podem fazer nada*”¹¹.

Então é urgente perguntar: Porque é que Timor resultou? “*Timor era sentido como um pedaço de Portugal que estava em jogo. Este sentimento de portugalidade, aliado a uma catarse colectiva, como que espelhando más consciências do processo de colonização e de descolonização dos territórios ultramarinos pode ser uma parte da explicação do que aconteceu naquele Setembro, em Lisboa*”¹². “*Timor foi uma remissão da consciência de uma colonização com muitos problemas. Foi um apelo que foi feito e muito bem respondido.*”¹³

A proximidade, a culpabilidade e o peso na consciência apresentam-se (de forma intuitiva e nunca cientificamente comprovada) como as principais explicações para o envolvimento dos portugueses na causa de Timor. A solidariedade, por si só, pode-

¹⁰ Idem

¹¹ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

¹² Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

¹³ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

ria ser uma explicação, mas existem alguns factores que, praticamente, a refutam: porque é que a sociedade civil não se mobilizou por solidariedade a outros povos e a outros território como o Sudão, o Afeganistão ou, mais recentemente, o Iraque? Poderá ser porque os media também não mediatizaram estes casos, contudo, já anteriormente se viu que, quanto ao ovo e à galinha, os media vão atrás da população e só podem mobilizá-la para as causas para que a sociedade civil se predispõe a agir. Por isso, a solidariedade pode ser um dos factores de explicação para a experiência de Timor, mas não foi, de certo, o único.

Depois da resolução dos problemas no território timorense, existia um grande trabalho a ser feito, quer em termos de ajuda humanitária, quer em termos de cooperação para o desenvolvimento. Justificava-se que tanto os meios de comunicação social como a sociedade civil, que tanta importância deram ao caso de Timor enquanto a Indonésia estava no território, se preocupassem em ajudar um povo e uma nação que teria de começar do nada. Às portas do século XXI, havia um novo país para reconstruir e toda a ajuda seria bem vinda. Esperava-se até que esse apoio existisse, depois daquele que existiu em momentos anteriores e que levou ao final dos conflitos. Contudo, esse apoio foi diminuindo com o tempo: *“À medida que Timor Leste foi saindo da agenda política e dos media, a solidariedade começou a faltar e o ponto máximo só seria atingido com a independência, em Maio de 2002 – que deveria ser encarado como o início de qualquer coisa e não como o fim, e no fundo aquele país continuou carenciado de quase tudo. Ficaram lá poucas instituições de solidariedade e de ajuda humanitária, e ainda menos jornalistas para contar.”*¹⁴

Mais uma vez, poderemos ir à caça de culpados. Os meios de comunicação de massas vem embora por que não há material para trabalhar. Não há notícia. Não há povo nas ruas. Mas a solidariedade também termina. Porquê? Porque os media não mostram mais o que se passa, ou porque a sociedade civil se recusa a saber?

A temática do que é que é noticiável tem um grande peso

¹⁴ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

aqui, e trataremos dela, com mais profundidade, mais à frente. De qualquer forma, pode aqui ser feita uma pequena introdução. É do conhecimento geral (pelos menos para os profissionais e estudantes do jornalismo) que um dos mais importantes critérios de noticiabilidade¹⁵ é o da negatividade. Tal constatação já levou a que se criasse uma máxima universal para a selecção de notícias: “bad news, good news”. Isto aplica-se profundamente ao caso de Timor: enquanto a Indonésia ocupava ilegalmente o território, a violência alastrava-se e cometiam-se as maiores atrocidades. A negatividade estava ao rubro e este tema enchia as medidas de qualquer jornalista e/ou órgão de comunicação social. Quando a Indonésia é forçada a abandonar o território e Timor caminha para a reconstrução e, posteriormente, para a independência, o que há de negativo para contar? São feitos diariamente esforços para levantar uma nação, há apoios internacionais para a reconstrução do país e não há tropas a matar multidões. Não há aqui notícia, à luz dos universais critérios de noticiabilidade. Deixou de haver catástrofe, logo, deixou de haver espaço para o tema na agenda.

“O assunto da ajuda humanitária claramente não entra na agenda, não existe. Ou se existe, é porque há jornalistas muito teimosos ou editores um pouco mais visionários que ainda conseguem remar contra as coisas. Existe ajuda humanitária na agenda sobretudo quando se trata de desastres naturais. Depois da desgraça, os assuntos desaparecem dos alinhamentos e ninguém mais quer saber. Há causas de primeira e causas de segunda, conforme mobilizem as massas, ou não”¹⁶.

“Há espaço para fazer artigos sobre direitos humanos, mas será a primeira coisa a cair se houver um anúncio publicitário para esse mesmo espaço”¹⁷.

Sobre esta secundarização das questões humanitárias e dos direitos humanos falaremos mais à frente.

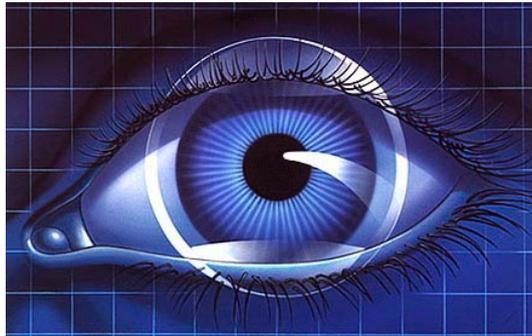
¹⁵ enunciados por Galtung e Ruge – correspondem às características que um acontecimento deve ter para ser transformado em notícia.

¹⁶ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

¹⁷ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

Capítulo 4

O Quarto Poder



“Keep in mind, the news media are not independent; they are a sort of bulletin board and public relations firm for the ruling class—the people who run things. Those who decide what news you will or will not hear are paid by, and tolerated purely at the whim of, those who hold economic power. If the parent corporation doesn’t want you to know something, it won’t be on the news. Period. Or, at the very least, it will be slanted to suit them, and then rarely followed up. Enjoy the snooze.”

George Garlin

a) Media: poder não instituído?

Saber se os media têm o poder de mobilizar a sociedade civil está muito relacionado com a questão de saber que tipo de poderes e de papéis os media possuem. Nas sociedades desenvolvidas e, sobretudo, ocidentais, os meios de comunicação exercem, há longos anos, um poder não instituído mas que ninguém nega – também porque dificilmente se conseguem delinear os seus exactos contornos. Esse poder está intimamente ligado com a sua audiência, com a capacidade que os meios de comunicação têm de veicular mensagens e de as fazer chegar a um grande número de pessoas, ou seja, a aptidão de tornar públicas quaisquer mensagens.

Tem sido amplamente estudado qual é o papel dos media em diferentes áreas e qual a sua capacidade de intervenção a nível social: nas relações étnicas; na luta contra a violência contra Mulheres; na resolução de conflitos; na cobertura do conflito humanitário; na democracia; como construtores da paz – são muitos os caminhos. Em todas estas perspectivas há um ponto de partida: a mobilização da sociedade civil, implícita tanto na capacidade dos media para lutar contra a violência, quer na sua intervenção como moderadores ou construtores da paz. Isto porque os media dependem das “massas” para sobreviver, logo, sem elas, nunca poderiam ser actores principais.

Os media, tal como hoje os entendemos (e centrando-nos apenas, no nosso contexto nacional) são um dos frutos da conquista democrática. Já anteriormente aqui foi dito que a liberdade de expressão que os media amplamente relevam é uma das grandes vitórias do período pós 25 de Abril de 1974. As três décadas de democracia que Portugal conta na sua história ajudaram muito ao desenvolvimento dos meios de comunicação no nosso país, mas também retiraram daí alguns benefícios: os media representam hoje um dos mais importantes instrumentos democráticos (de auscultação da sociedade civil, de divulgação de intenções e programas políticos, de mecanismos de pressão da comunidade política, entre muitos outros).

Assumir os meios de comunicação social como “o quarto poder” é reconhecer-lhes algumas características que todos os poderes têm: autonomia (relativa), legitimidade e autoridade.

A autonomia dos meios de comunicação social pode ver-se na forma como eles interagem com os restantes poderes. A pressão que exercem sobre o poder político e sobre a esfera executiva é determinante¹. Não raras vezes se tem assistido a esclarecimentos públicos feitos por políticos sobre temas que os media levantaram e que, de alguma forma, colocam em risco a sua carreira e manutenção no poder. Os media forçam os governantes a anteciparem o momento de prestação de contas (que convencionalmente só se efectua no acto eleitoral).

Quanto ao terceiro poder, o judicial, não têm também sido raras as vezes que os media são acusados de intervir nesta esfera. Não defendo que o devam fazer, mas existem acusações de que o fazem, assim como de que exercem pressões sobre as decisões tomadas em seio judicial. Só essa possibilidade dá aos media alguma importância.

Pode então dizer-se que a autonomia dos media não é total – eles estão dependentes de muitos condicionalismos, nomeadamente de lógicas concorrenciais e económicas -, mas é tanta ou maior do que a autonomia dos restantes três poderes instituídos. Esta constatação atribui aos media autoridade.

E relativamente à legitimidade, como já foi também anteriormente dito, é dada pelas pessoas, pelas massas que fazem dos meios de comunicação uma entidade que as influencia e pode condicionar a sua mudança de comportamentos.

¹ Recorde-se que toda a comunidade política precisa dos meios de comunicação para chegar às massas. São factos inegáveis a proliferação de novas cadeiras como o marketing político, onde a comunidade política aprende a agir de forma a se conciliar com o que é pretendido e funciona em sede dos meios de comunicação.

b) Nova era, novos media

Na nova era dos meios de comunicação social, discute-se quem “manda”: se os media ditam o que é que o público pode pensar, ou o público, por seu lado, é que força os media a tratar determinadas temáticas.

Caiu, no entanto, já por terra a teoria do *agenda-setting*, proposta e desenvolvida originalmente por McCombs e Shaw, em 1972. Estes autores defendiam que, em linhas gerais, num determinado período de tempo, diferentes órgãos de comunicação social iriam tratar o mesmo assunto, sem o fazerem da mesma forma. Este tratamento mediático de um determinado tema iria fazer com que o público integrasse esse tema na sua própria agenda, ou seja, faria com que o público falasse desse tema². Esta formulação teórica refutava uma corrente anterior que defendia que os media diziam às pessoas o que pensar, reformulando que os media dizem às pessoas em que pensar.

Qualquer uma das teorias está hoje obsoleta. Os meios de comunicação estão a sofrer mais uma transição, e vários autores falam da nova fase como “A Era do Digital”. Novos media entraram na lista e, por isso, tem de existir uma readequação teórica do papel dos media, das suas capacidades e funções, já que a Internet veio dar, acima de tudo, um grande alcance à comunicação.

Os meios electrónicos de comunicação social afirmaram-se como uma das principais realidades quotidianas da segunda metade do século XX. Esta realidade tem sido objecto de variada abordagem teórica, muitas vezes centrada na análise sociológica dos seus efeitos, tal foi o impacto que tiveram e continuam a ter nas sociedades actuais.³

O carácter estratégico da Internet nesta área é também decisivo e sê-lo-á cada vez mais no futuro, já que não apenas amplia

² DEARING, James e ROGERS, Everett, *Agenda-Setting*, SAGE Publications, London, 1996

³ JUNQUEIRO, Raul, *A Idade do Conhecimento: A Nova Era Digital*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002

a necessidade de intervenção do estado, como obriga a novas formas de regulação. Através dela, podemos ter acesso à comunicação dirigida aos sujeitos, aos indivíduos, um a um, como nunca antes foi possível.

A Internet e a Web originaram a criação e proliferação de novos meios de comunicação social, como são as publicações online, que imperam com um estatuto mais global do que nunca e dominam a comunicação em tempo real. (...) Os meios de comunicação têm uma abrangência imediata, que pode até ser personalizada. Basta ter capacidade e meios de acesso e, em segundos, poderemos saber tudo o que se está a passar em qualquer lugar do mundo, com níveis de pormenor e detalhe jamais imaginados⁴.

c) A intervenção

Os papéis dos media não podem ser cientificamente encontrados, mas a sua importância e universalidade é um dado adquirido.

“Os media são muito importantes, porque o seu lugar central hoje é privilegiado em termos de discurso e de poder. E nesse sentido, os media podem tanto sensibilizar como criar estereótipos ou preconceitos”⁵.

Qualquer poder traz perigos associados. Se os media tem nas mãos a possibilidade de, senão influenciar ou obrigar, pelos menos orientar comportamentos, podem decidir fazê-lo para o bem ou para o mal. A questão do bem e o mal é tão complexa quanto o certo e o errado e o universalismo e relativismo os direitos humanos. No fundo, depende sempre da perspectiva. Contudo, existe

⁴ JUNQUEIRO, Raul, *A Idade do Conhecimento: A Nova Era Digital*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002

⁵ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

o senso comum, e existem fórmulas universais que são dados adquiridos para definir, pelo menos, aquilo que é claramente Mal e Errado. Pode é não haver uma tomada de consciência atempada dessa má utilização do poder dos media, já que os próprios meios de comunicação são especialistas em passar mensagens ocultas, ou seja, sem que se perceba que as estão a passar. E é naturalmente mais evidente e, por isso, fácil de detectar uma má conduta, do que um “pecado” por omissão.

Tudo isto para dizer que a falta de aposta dos media em temas de ajuda humanitária e de direitos humanos não pode ser uma opção condenável, apesar de podermos dizer que, se tivesse nas nossas mãos, não o faríamos. Mas podemos tentar perceber porque o fazem.

Volto a trazer aqui testemunhos comprovativos de que existe esse desinteresse por parte dos media relativamente a questões humanitárias e de direitos humanos:

“Há pouco espaço na agenda jornalística, para estar a abordar assunto de ajuda humanitária, a não ser quando eles são muito prementes ou grandes catástrofes humanitárias”⁶.

“Não sei porque é que os casos de ajuda humanitária têm pouca saída nos jornais portugueses. Basta irmos à vizinha Espanha, em que abrimos o jornal e vimos que as questões de abusos de direitos humanos ocupam um lugar de grande destaque, e em Portugal, há por vezes, uma ou duas páginas na secção internacional, e há assuntos bem mais locais que atraem mais a atenção”⁷

“Há uma falta de aposta, na generalidade dos meios de comunicação social, para assuntos ligados aos direitos humanos. (...) Há espaço para fazer artigos, mas será a primeira coisa a cair se houver um anúncio publicitário para o espaço desse artigo.(...) Ou há uma grande força de vontade do jornalista, que apanha, por sua vez, um editor que até gosta dessas matérias,

⁶ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

⁷ José Miguel Costa, vice-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional

*ou um director que também está disponível para publicar artigos deste tipo, ou então a entrada é complicada”*⁸.

*“Retiro um pouco a responsabilidade aos jornalistas porque, tal como alguns jornalistas de televisão dizem, quem manda neles é o zapping. Há necessidade, por isso, de apelar às audiências. E a forma mais fácil de o fazer – não a última nem a única – é apelar às questões básicas dos sentimentos humanos e aos chamados temores básicos da condição humana. Os direitos humanos não são um tema vendável.”*⁹

Da análise dos vários testemunhos retira-se que os meios de comunicação social optam por não dedicar espaço às questões de direitos humanos. Interessa perceber porquê. Ao longo deste trabalho, fui levantando essa questão às várias pessoas convidadas a dar o seu testemunho sobre este tema. As respostas que me foram dadas seguem duas orientações distintas: 1) os direitos humanos são temas de difícil tratamento nos meios de comunicação social; 2) a sociedade civil não se interessa pelo tema e, por isso, os media não apostam nele.

Vamos analisar cada uma, individualmente.

Os direitos humanos são de difícil tratamento a dois níveis: a) por falta de formação dos jornalistas; b) e porque não é fácil encontrar material que se adapte aos formatos que os media pretendem. porque envolvem falar de temas sobre os quais os jornalistas não têm formação.

Foi amplamente sublinhada¹⁰ a falta de formação dos jornalistas em matérias de direitos humanos. *“Os jornalistas não têm nas suas licenciaturas uma cadeira vocacionada para os direitos humanos, para a ajuda humanitária. Acho que deviam ter. (...) Para mim, seria muito mais importante ter essa cadeira do que a de Educação Moral e Religiosa, por exemplo. E devia ser*

⁸ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

⁹ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

¹⁰ No Colóquio “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”

não só de direitos humanos, mas também de Educação para a Cidadania”¹¹. Isso conduz a que os profissionais de media evitem tratar essas temáticas e, caso decidam tratá-las, existe uma grande probabilidade de errarem, por desconhecimento. A falta de formação em direitos humanos tem ainda um outro risco: o de não se conseguirem identificar os acontecimentos que tratem de direitos humanos e que não se resumam a grandes violações.

*“O facto de todos os dias morrerem 30 mil crianças porque não foram vacinadas não é uma situação de emergência? O facto de haver 14 milhões de crianças órfãs de sida, não mereceria também maior atenção por parte dos meios de comunicação social?”*¹²

A formação em direitos humanos iria permitir essa identificação de que acontecimentos fazem parte das questões de direitos humanos, iria diminuir o medo que os jornalistas têm de tratar esta temática e, conseqüentemente, poderia levar a que os jornalistas valorizassem mais os temas e tentassem, com mais afinco, incluir estes temas na agenda (o que não significa que eles chegassem a produto final, como veremos mais à frente).

Paralelamente, há outra dificuldade que se apresenta ao tratamento de temas de direitos humanos e que se coloca, essencialmente, ao meio televisivo: “(sobre o tema da mutilação genital feminina) É um fenómeno muito complexo para se explicar em cinco minutos, que é o tempo que poderá durar uma peça televisiva; e as imagens são muito difíceis”¹³. Todos sabemos que a imagem é um requisito obrigatório para que um acontecimento chegue a ser noticiado. Sem imagem, não há notícia em televisão. Ora, dificilmente se conseguem imagens de casos de violações de direitos humanos (a não ser que se tratem de grande catástrofes), logo, dificilmente se conseguem colocar estes temas no alinhamento televisivo.

¹¹ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

¹² Madalena Marçal Grilo, Directora executiva do Comité Português da UNICEF

¹³ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

Este factor redime apenas a falta de aposta da televisão nestes temas, mas os restantes meios não podem fundar-se neles: a imagem não é problema para a imprensa, para a rádio, nem para a Internet.

A segunda possível resposta para o facto dos temas de direitos humanos não serem considerados vendáveis é o facto da sociedade civil não se interessar por eles e, por isso, os media não apostarem.

No caso português, é um facto que existe uma grande letargia da sociedade civil para se mobilizar, nomeadamente para causas humanitárias (o que comprova o carácter paradigmático e único do caso de Timor-Leste). Isso afecta tanto a reacção dos meios de comunicação social, como a existência e sobrevivência das próprias Organizações Não Governamentais, sendo que muitas deles dependem exclusivamente da sociedade civil.

“Em Portugal, contrariamente ao que acontece em muitos países europeus, o envolvimento dos cidadãos activos nas ONGs é escasso. Os portugueses não gostam muito de se juntar a organizações. Temos a taxa mais baixa de associados das ONGs da União Europeia (...). Falta uma participação cívica mais constante”¹⁴.

Esta apatia e falta não tem uma explicação clara e é quase uma tradição portuguesa. Mas pode estar intimamente ligada com a falta de formação dos cidadãos para as questões de direitos humanos, ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento e, essencialmente, educação para a cidadania.

“Nós portugueses não temos uma prática de direitos humanos bem consolidada. Nem sequer nas práticas do dia-a-dia. Grande parte das relações de trabalho que existem hoje, por exemplo, não são práticas democráticas. Até pelo contrário: são bastante

¹⁴ Madalena Marçal Grilo, Directora Executiva do Comité Português da UNICEF

antidemocráticas e fora dos direitos humanos. Como é que nós podemos ter um olho crítico, se nós não o fazemos ?”¹⁵ .

¹⁵ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

Capítulo 5

A responsabilidade do jornalista



a) As regras do jogo

Por que regras se rege o jornalista? Para responder a esta questão, interessa verificar o que diz o código deontológico do jornalista sobre as suas funções e responsabilidades – mantendo sempre presente que este código não tem carácter vinculativo, e o seu incumprimento não pode ser punido por lei. As únicas consequências desse incumprimento são de ordem moral e deontológica e podem afectar a sua relação com a comunidade jornalística.

“O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais (...) O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência”¹.

“O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse”².

Estas regras ajudam-nos claramente neste trabalho. Se todos seguissem à risca o que diz o código deontológico, o jornalismo era fruto apenas da vontade do ser humano que exerce essa profissão, variando então entre mau e bom conforme fosse a sua condição humana. Se assim fosse, também não existiria jornalismo: não há espaço nesta lógica para as empresas e para o poder que as entidades patronais têm sobre os seus funcionários. Neste caso, nem seria necessário existirem editores e directores, porque o jornalista poderia agir sempre em consciência, e poderia ser responsável pelos seus trabalhos e responder por eles em qualquer sede.

Pretende-se assim dizer que o papel do jornalista sofreu alterações, e que hoje deve ser visto essencialmente como um profissional submisso (a não ser que seja *free lancer*) às ordens e desígnios dos seus superiores e a uma lógica editorial da empresa para onde trabalha. O código deontológico poderá socorrê-lo em

¹ Código Deontológico do Jornalista, n.º 5

² Idem, n.º 10

algumas situações, mas não pode servir de guião exclusivo para a sua acção, nem tão pouco para a nossa análise.

Não significa isto que não exista espaço para a personalidade e as características individuais que cada jornalista pode utilizar no exercício da sua função, nem que os jornalistas devam ser entendidos como máquinas sob o comando de agentes superiores. Contudo, também não é adequado retirar essa lógica de submissão e de hierarquização – concepção vertical da maioria das empresas – à actividade jornalística, sob pena de se acusar injustamente o profissional de jornalismo de não ser o tão esperado “salvador do mundo”.

b) Jornalismo: dever ou poder?

“Vejo o jornalismo muito mais como um dever do que como um poder. Um dever que tem uma grande responsabilidade. Neste momento, acho que se faz um jornalismo muito pouco responsável.”³

Ao longo deste trabalho, foram utilizados vários testemunhos de profissionais dos meios de comunicação social, que confirmaram a falta de aposta dos media em dar espaço noticioso a temas de direitos humanos e ajuda humanitária. Este é um facto, mas as causas podem ser de várias ordens. Na verdade, é ingénuo acreditar que os media correspondem a uma plataforma horizontal de poderes, em que o jornalista tem autonomia para agir. Os meios de comunicação social são empresas e regem-se, por isso, por uma lógica de mercado igual a todas as outras: visam o lucro. Por isso, acima dos jornalistas (que podem ter objectivos mais nobres como tentar fazer trabalhos em prol de causas em que acreditem) estão editores, directores e donos de órgãos de comunicação que não se interessam pelas causas nobres que o jornalista queira seguir. Assim, também o próprio jornalista acaba por se submeter às

³ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

lógicas de concorrência e de busca de audiência (porque é, neste caso, semelhante ao lucro): o que o move é, muitas vezes, a sua tentativa de preservar o seu trabalho, já que, como qualquer outra pessoa, tem uma vida para além da sua profissão.

Quanto ao seio das empresas jornalísticas, “cada vez mais empresas do que jornalísticas”⁴, também está a crescer uma responsabilidade social, designada habitualmente como cidadania empresarial. Esta é uma área que interliga as acções e os objectivos de dois sectores que tradicionalmente se têm mantido distantes e falando em linguagens diferentes: o sector empresarial e o “terceiro sector” (a sociedade civil)⁵.

Não se pode, por isso, exigir ao jornalista que se atire de cabeça em causas humanitárias, contrariando as ordens internas que tem e pondo em risco a manutenção do seu trabalho. No entanto, há outra visão, mais humanista e provavelmente utópica, do jornalista como ser humano, como homem de causas e com um dever superior ao poder que os media lhe dão.

“Journalists are frightened and are in a dilemma that puts them in between tell the truth or keep their jobs, or their life, but, in spite of that, to expect this kind of job from the communication professionals is not a crazy thing, and it does not seem either like an impossible utopia, because these people who work in the media have the resources and the power to educate the citizens, and to form them, and to go for a better society for the average person who have their hands tied because they have no power to change the situation. It is not impossible to dream about a journalism that cares more about the people than money, but it is not easy to ask to the economic emporiums

⁴ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

⁵ MELO NETO, Francisco Paulo de, e FROES, César, *A Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: Administração do Terceiro Sector*, Quality-mark, Rio de Janeiro, 1999

*the same thing, because that is the way they work, and as they own the media they own the information, and worse, they "own" the journalists."*⁶

Mas também existem os profissionais que conseguem fazer com que o “sonho se torne realidade”. São os que arriscam a vida no dia-a-dia, sem que lhes possa, alguma vez, ser pedido isso. Max Stahl e Steve Cox podiam ter estado entre os duzentos mortos do massacre no cemitério de Santa Cruz, porque eles estavam entre a multidão. Foram salvos pela probabilidade. O que terá levado esses dois jornalistas a arriscar a vida? Nunca se saberá ao certo, porque é impossível reproduzir o seu pensamento naquele momento, mas é agradável pensar que o que os moveu foi uma grande vontade de fazer a diferença e de ajudar aquele povo.

*"I was never called on to do what soldiers do; I'll never know if I might have had their courage. But a journalist can help keep the record straight, on their behalf. They thought democracy was worth fighting for, even dying for. The least we can do is to help make democracy worthy of them."*⁷

A responsabilidade que possa ser incutida aos jornalistas advém do poder que lhes é dado. “*O poder de denúncia é um dos grandes poderes do jornalista*”⁸, mas existem outros. Na análise dos media como actores principais na mobilização social, verificámos que os meios de comunicação social podem, efectivamente, estimular o seu público para agir, se souberem adaptar a mensagem aos sentidos compartilhados da sociedade civil. Ou

⁶ ZULUAGA, Nathalie Hernández, “Being A Journalist: Expectations And Real World”, disponível on-line em <http://www.monografias.com/trabajos14/researchpaper/researchpaper.shtml>.

⁷ Bill Moyers, jornalista de Now With Bill Moyers, da PBS, em artigo “On Being A Journalist”, publicado a 23 de Maio de 2003, disponível on-line em <http://www.commondreams.org/views03/0523-01.htm>

⁸ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

seja, se a mensagem jornalística conseguir “tocar” na sociedade civil e se for de encontro à sua predisposição para agir (através do recurso a símbolos e a outros factores, como a proximidade ou a solidariedade).

*“Quanto aos jornalistas, acho que eles têm uma função que é a de trazer a lume muitos assuntos que estariam mergulhados em profundo silêncio”*⁹. Caberá, portanto, aos jornalistas, ter um papel nas questões de divulgação de iniciativas humanitárias, apesar de todos os vértices envolvidos nesta relação terem a perfeita noção de que a decisão de “tornar público ou não” não é da sua autoria. *“Para além do facto de nem sempre ser muito fácil para os jornalistas propor temas, é sempre possível aos jornalistas terem um papel (...). Os media não se podem resumir às linhas editoriais e a prova disso é que os jornalistas que aqui estão (referência a Henrique Botequilha e Sofia Branco), apesar de todos os obstáculos, tentaram furar essa linha editorial e conseguiram”*¹⁰.

As organizações Não Governamentais têm presente o quão difícil é a entrada dos temas de ajuda humanitária e de direitos humanos na agenda mediática, mas acreditam que os jornalistas podem tentar pressionar para que essa entrada aconteça, com a noção de que têm de enfrentar os superiores e as lógicas de mercado e concorrência que estes defendem.

Os jornalistas, por outro lado, não negam essa dificuldade: *“Os jornalistas lutam dentro de qualquer redacção para terem a sua agenda independente, mas isso não é viável, porque há uma actualidade para acompanhar. Isso tem muito mais a ver com os tempos em que vivemos hoje, em que as empresas jornalísticas são muito mais empresas do que jornalísticas e, nesse sentido, há leis de concorrência a cumprir e de marcação, quase produto a*

⁹ Madalena Marçal Grilo, Directora executiva do Comité Português da UNICEF

¹⁰ Susana Sousa, membro do Departamento de Informação e de Comunicação da Fundação AMI

*produto, que formam a linguagem da empresa e que não permitem que, muitas vezes, se libertem agendas próprias*¹¹.

Essa luta interna está subjacente ao facto já tratados em capítulo anteriores: há uma falta de aposta nos temas de direitos humanos e ajuda humanitária porque não são temas vendáveis.

Podemos concluir dizendo que os jornalistas são responsáveis pelo seu trabalho e têm o dever social de utilizar o grande poder que têm, o poder de denúncia. Contudo, não lhes pode ser exigido que sejam seres ultra-naturais, sendo-lhes retirada a condição humana, de seres que trabalham como forma de sobreviver e têm, como quaisquer outros profissionais, de se submeter aos seus superiores hierárquicos. A profissão de jornalista é exercida por homens e não por deuses. Pode-lhes ser exigido apenas o esforço que aos outros profissionais é.

c) A condição humana

É importante alertar para o facto do jornalista não ser mais do que um ser humano. É, na realidade, uma pessoa que tem mais poder do que a maioria das outras, mas que, como qualquer ser humano, comete erros e não deve ser crucificado por isso. A diferença está na dimensão que esses erros podem assumir – o jornalista tem de ter a perfeita consciência do poder que tem, da responsabilidade dos seus actos porque trabalha diariamente com uma máquina de tornar público, que redimensiona qualquer realidade e pode tornar gigantes quaisquer anões. Também os seus erros podem assumir proporções muito maiores do que qualquer falha de outro profissional.

“Being a journalist is a profession full of dreams and desires, and since the beginning of the process to become one, the student has to face the contrast

¹¹ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

between the university and the real environment, because journalism has an advantage, that can be disadvantage too. That is, that everybody can look at the work that a reporter does, because this is the real meaning of journalism, to work for the community and for the public cause.

Being in the front of the reality and in the center of illusions is the place in which the students can see the roads they can follow in the real world. Money, ethic, ideals, micro or macro-media? That becomes a dilemma when the capitalist world is in front of their face and expectations, and when life and people begin to remind them that, as teachers use to say: "this world can chew you up and spit you out."¹²

O jornalista tem nas mãos a possibilidade de desenhar o seu caminho: pode ser difamador ou justiceiro, mentiroso ou corajoso, reservado ou arrojado. Mas terá sempre de carregar com o peso da sua escolha. E pode escolher, naturalmente, seguir todas a regras do jogo (se isso o deixar mais descansado e for a tranquilidade o que ele procura – ninguém pode condenar esta opção); ou optar por trabalhar com paixão.

"Se querem prosperar, as empresas jornalísticas deverão atender mais de perto a seus públicos e ter um papel mais activo nas suas próprias comunidades (...) Os novos jornalistas sabem que da sua dedicação e do seu entusiasmo depende a solução dos problemas do mundo, das sociedades, seus países, cidades e bairros. Devem trocar na equação informativa passividade por actividade, precedência por

¹² ZULUAGA, Nathalie Hernández, "Being A Journalist: Expectations And Real World", disponível on-line em <http://www.monografias.com/trabajos14/researchpaper/researchpaper.shtml>.

participação, precisão por compaixão, o enfado por interesse e sobrecarga por destilação (...) Apenas com paixão podemos compreender a realidade e somente com paixão estaremos habilitados a explicá-la aos nossos semelhantes (...). A paixão não só não se ensina nos colégios ou nas universidades, mas é até mesmo evitada.”¹³

Compreender a condição humana do jornalista é determinante para perceber o seu trabalho. É necessário retirá-lo do pedestal dos deuses, assim como é urgente levantá-lo do chão. Esta questão prende-se com a subjectividade natural do jornalista. É inútil as escolas de comunicação social continuarem a apregoar a objectividade jornalística como característica dos bons profissionais. A objectividade total é impossível, na medida em que cada pessoa é diferente de qualquer outra. É absolutamente utópico acreditar que duas pessoas podem pensar e observar da mesma forma, independentemente de seguirem o mesmo quadro de valores e de terem o seu trabalho parametrizado. Só as máquinas podem agir de igual modo, e mesmo estas são comandadas por seres humanos.

“O Jornalista é, essencialmente, uma testemunha privilegiada da realidade. Não é e nunca será objectivo. Não há objectividade. Pode haver imparcialidade, deve haver neutralidade e, sobretudo, honestidade”¹⁴

O produto jornalístico deve ser rigoroso, preciso, neutro e imparcial e, sobretudo, honesto. Todas estas características são armas de defesa do próprio jornalista, que, ao segui-las, consegue

¹³ PELTZER, Gonzalo, *Jornalismo com Paixão*, Universidad Austral, Facultad de Ciencias de La Información, Buenos Aires, 1996, citado por Susana Sousa, membro do Departamento de Informação e Comunicação da Fundação AMI

¹⁴ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

ganhar e manter a sua credibilidade e não defrauda o seu público. Contudo, ele não consegue ser totalmente objectivo, porque o seu olhar dos factos, por mais rigoroso que seja, não deixa de ser “o seu olhar”. Dois jornalistas, como duas pessoas distintas, vêm a mesma realidade de forma diferente. Se o jornalismo é a interpretação dos factos, como pode ser objectivo? A interpretação é, em si mesma, um sinónimo de subjectividade, porque envolve um processo de descodificação da realidade que depende das características pessoais, da personalidade e da cultura do cada jornalista. A descodificação será, por isso, sempre diferente.

“Although journalists take numerous measures to try to report as objectively as possible, it is inevitable that no reporter will ever produce a perfectly objective news article. (...) Journalists, however, are encouraged to do just the opposite. Journalists understand that they are not capable of producing a completely objective story. Objectivity is regarded as an ideal, similar to the concept of moral perfection. In the same way that people strive to be moral while knowing they can never achieve moral perfection, journalists attempt to be as objective as possible despite knowing they cannot be completely objective.”¹⁵

Pode, no entanto, e deve ser exigido aos jornalistas que não distorçam a realidade nem deturpem as visões dos factos. Essa distorção criará um monstro que ainda não se sabe como matar: a mentira pública. Pode ser desmentida, alterada, corrigida, mas nunca será apagada.

Estará o jornalismo com paixão de costas voltadas com o jornalismo que busca a objectividade possível? Se o jornalismo com paixão envolver a tomada de posições, o envolvimento do jornalista na história, a defesa explícita de uma causa e a identificação

¹⁵ CRONIN, Tom, “Journalistic Objectivity Vs. Passionate Journalism”, disponível on-line em <http://www.geocities.com/tcronin50/objectivity.html>

de quem são os maus e os bons, então estão, de facto, de costas voltadas. Mas se a paixão no jornalismo guiar apenas a escolha dos temas a tratar, e se os jornalistas conseguirem não fazer um julgamento dos factos (porque o que é bom hoje pode ser o mau amanhã), e pelo contrário, tentarem explicar os dois lados, então o jornalismo com paixão está a tentar conquistar um equilíbrio e funcionará como moderador de pensamentos, logo, será imparcial.

Capítulo 6

As organizações não governamentais



As Organizações Não Governamentais têm um espaço importante neste trabalho. São, normalmente, as associações que promovem iniciativas contra a violação de direitos humanos, para a cooperação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária. Em linhas gerais, podemos dizer que as ONGs são instituições independentes e autónomas¹, criadas, na maior parte das vezes, com o objectivo de desenvolver actividades de solidariedade, cooperação e apoio ao desenvolvimento de países ou comunidades mais pobres. São associações sem fins lucrativos, cujo único propósito é ajudar os mais desfavorecidos, à escala mundial².

Na análise do papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária interessa, por isso, perceber que tipo de relação têm os media com as ONGs.

a) O objecto

Um dos problemas que se colocam às Organizações Não Governamentais, em especial as que se dedicam à defesa dos direitos humanos, é a questão do universalismo dos direitos fundamentais. É um facto que “a noção dos direitos humanos não é igual em todo o mundo”³, daí que não seja fácil a actuação neste campo.

Existe um grande debate em redor da dúvida Universalismo / Relativismo dos direitos humanos (que não interessa explorar porque daria para outro trabalho), e essa discussão afecta, naturalmente, quaisquer lutas contra violações e abusos: como se pode julgar uma prática como uma violação de direito humano num país onde não está identificado esse direito.

A solução para as ONGs está em universalizar todos os direitos fundamentais, relativizando os outros.

¹ Estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação Para o Desenvolvimento (Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro)

² Ver “ONGs” no Capítulo I – Enquadramento Temático.

³ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

“Há direitos universais mínimos. Não consigo aceitar determinadas práticas noutras culturas, independentemente de conseguir compreender algumas, não consigo pensar que possam trazer felicidade e dignidade a esses grupos. Por isso não relativizo. Acho que há um núcleo duro que deve ser encarado por todas as culturas.”⁴

Tem de existir esse “núcleo duro” para que as ONGs que se dedicam à defesa dos direitos humanos, à escala universal (como é o caso da Amnistia Internacional) possam ter razão de existir e um objectivo definido. Contudo, a luta contra essas violações não pode passar pela imposição de padrões de comportamento ocidentais, e sim pela proposta de novas práticas que não atentem contra a dignidade humana, através da conversa e da explicação das vantagens de adopção desses comportamentos. Fazer a imposição de regras de conduta e de respeito dos direitos humanos pela força é o mesmo que matar a mensagem à nascença.

“Um dos grandes problemas do Ocidente é a sua incapacidade de tornar paralelo a teoria e a prática. (...) A proposta não obriga, não pode ser feita através da violência, se não perde a credibilidade. Aquilo que se tentou fazer no Iraque é totalmente contraproducente.”⁵

b) A relação com os media

Os testemunhos de membros de Organizações não Governamentais recolhidos no âmbito deste trabalho apontam para a existência de uma **relação de dependência** das ONGs face aos meios de comunicação social.

⁴ Isabel Ferin da Cunha, presidente de uma ONG (CIDAC) e vice-presidente do Centro de Investigação Media e Jornalismo

⁵Idem

“Fará sentido, hoje em dia, uma organização não governamental para a defesa dos direitos humanos sem o apoio dos media? Penso que não faz.”⁶

“Em números, é possível verificar que se nós fizermos uma campanha com visibilidade nos meios de comunicação social, a resposta é, certamente, mais positiva.”⁷

“Realmente acreditamos que o jornalismo e os jornalistas têm um impacto bastante grande e isso é visível, especialmente, nas missões de emergência. (...) A importância dos meios de comunicação social noticiarem as acções da AMI também se prende com o facto da AMI ter mais de 50% do seu orçamento oriundo da sociedade civil, de donativos de pessoas ou empresas. E portanto é óbvio que tentamos noticiar as nossas acções para que as pessoas saibam o que estamos a fazer.”⁸

Como já foi referido anteriormente, existem temas secundários e temas primários na hierarquia da agenda mediática. Os direitos humanos e a ajuda humanitária enquadram-se na lista de temas secundários. Logo, as organizações não governamentais, que tentam divulgar o seu trabalho, encontram grandes obstáculos para “furar” os alinhamentos e conseguir algum tempo de antena (ou espaço nas publicações). Essa barreira aumenta se lhe associarmos o tipo de linguagem envolvida. Também já foi dito que não existe uma formação dos jornalistas em direitos humanos e,

⁶ José Miguel Costa, vice-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional

⁷ Madalena Marçal Grilo, directora executiva do Comité Português da UNICEF

⁸ Susana Sousa, membro do Departamento de Informação e Comunicação da Fundação AMI

consequentemente, colocam-se algumas dificuldades na descodificação de determinadas mensagens. Daí que as ONGs tenham de tratar os temas de forma a que os jornalistas e os meios de comunicação de massas possam compreender e avaliar a sua noticiabilidade.

Na relação de proximidade entra a ajuda humanitária e os jornalistas faz-se uma pergunta: há notícia ou não há notícia? E quando há, julgo que aí se podem fazer coisas interessantes para os jornalistas (que querem notícias) e para as ONGs que querem visibilidade para as suas operações).⁹

Nesse sentido, algumas ONGs têm tentado profissionalizar essa relação com os media, através da criação de departamentos de informação e comunicação dentro das suas sedes (como tem a Fundação AMI, a UNICEF e a Amnistia Internacional, as três ONGs que tiveram voz para este trabalho¹⁰), cuja função é dar a conhecer aos media as suas iniciativas e tentar vendê-las.

São ainda poucas as organizações não governamentais que assumiram esta dificuldade e tentaram contorná-la, mas esse será, naturalmente, o caminho a seguir (sob pena das ONGs colocarem em risco a sua própria existência).

“Falta-nos desenvolver, talvez, uma relação de privilégio com os jornalistas, e termos uma atitude mais proactiva, explicarmos por que é que as coisas interessam: não é para fazer publicidade à AI, mas sim para denunciar abusos de direitos humanos.”¹¹

⁹ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

¹⁰ Através do colóquio “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”

¹¹ José Miguel Costa, vice-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional

A mediatização dos temas humanitários têm alguns riscos associados. Estes assuntos só chegam à agenda se houver uma história e, por vezes, a história que os media pretendem transformar em notícia é diferente da informação que as organizações não governamentais pretendem divulgar. Por vezes, é necessário perceber “*Até que ponto vai o poder de uma boa história. Tem de haver um equilíbrio*”¹². Por exemplo, numa situação de violação dos direitos das crianças, é necessário preservar a dignidade e também a identidade dessas crianças. A sua exposição poderia ter resultados brilhantes a nível mediático, mas não pode ser permitida. É necessário sacrificar a “boa história” pela dignidade dessa criança. Os meios de comunicação social podem exigir essa moeda de troca: contar uma boa história em troca de alguma divulgação. Essa mediação deve ser feita pelas próprias organizações não governamentais que devem manter-se fiéis aos seus princípios e não ceder a pressões dos media. Mas nem sempre existe essa força e essa determinação.

*“Dentro da Amnistia Internacional costumamos dizer que os órgãos de comunicação social, por um lado, são o nosso melhor amigo e, por outro, também podem ser um inimigo. (...) Há casos sobre violações de direitos humanos que estão na moda, enquanto há outros que são preteridos, o que pode dar uma visão da Amnistia Internacional relativamente distorcida – é acusada, muitas vezes, de parcialidade.”*¹³

Interessa ainda sublinhar que, por vezes, a perversidade das lógicas de concorrência acaba por forçar práticas que são, elas mesmas, violações de direitos humanos. Os próprios media cometem (não raramente) esses abusos e fazem-no impunemente,

¹² Susana Sousa, membro do Departamento de Informação e de Comunicação da Fundação AMI

¹³ José Miguel Costa, vice-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional

porque apenas eles podiam denunciar essa actuação. Esta perspectiva leva-nos a pensar (e este seria um bom tema a analisar no futuro) se não existirá, de facto, uma ditadura dos media.

Portanto, são factos que existe uma dependência das organizações não governamentais em relação aos meios de comunicação social; que as ONGs têm de adaptar a sua linguagem à linguagem mediática; e que têm de estar atentas ao preço que pode ser cobrado por um minuto ou dois de divulgação.

c) O princípio da transparência

As práticas das organizações não governamentais são muito controladas e paira sobre estas instituições um certo nível de desconfiança. Este facto baseia-se, porventura, na forma de pensar na maioria das pessoas: é mais fácil acreditar que alguém faz o mal do que crer nas boas práticas. As ONG são frequentemente acusadas de serem poderes não democráticos e não fiscalizados, dada a grande credibilidade que a opinião pública lhes confere. A sua legitimidade advém essencialmente do apoio da opinião pública democrática (o que parece paradoxal, já que é também a opinião pública – ou parte dela – que coloca sobre o trabalho das ONG a tal desconfiança)¹⁴.

A proliferação do número de organizações não governamentais no mundo, nos últimos anos, aliada ao profundo desconhecimento sobre quais são os seus objectivos e práticas, faz com que os próprios media (e a sociedade civil) desconfiem da sua integridade. Para além disso, existe o facto de, ao fecharem as portas à comunicação social, as ONGs estão a fechar as portas à mediação, à visibilidade mínima.

“Há instituições de ajuda humanitária que se dão muito a conhecer, têm muita visibilidade porque abrem

¹⁴ Ver “AS ONGS”, no Capítulo I – Enquadramento Temático.

as portas e convidam, enquanto que há outras organizações que trabalham em surdina, quase clandestinamente. (...) É um estilo, mas não traz frutos para que a sociedade civil as conheça e saiba do que se está falar.”¹⁵

“(A organização guineense “Olhar o Futuro”) tinha uma forma de funcionamento muito discutível, nomeadamente, o seu presidente estava riquíssimo e metia muito dinheiro ao bolso. (...) Temos aqui os dois lados: foi dificilmente escrever o texto (sobre o projecto dessa ONG) porque eu não queria descredibilizar o projecto, porque achava muito interessante, mas também não queria deixar de dizer que tinha visto coisas naquela associação que não eram de muito valor.”¹⁶

Seria injusto colocar todas as ONGs neste “saco”, mas a verdade é que o facto de existirem histórias públicas sobre a falta de integridade e de verdade de algumas organizações, aliado ao facto de muitas delas optarem por não dar a cara e evidenciar os seus projectos, fazem com que a sociedade civil e os próprios jornalistas tenham uma visão errada e tendencialmente má das organizações não governamentais. A falta de transparência torna-se a verdadeira inimiga das ONGs, muito mais do que os obstáculos para conseguir visibilidade, a dificuldade de mobilizar a sociedade civil e a falta de predisposição desta para as causas de direitos humanos e de ajuda humanitária.

Felizmente, algumas ONGs já chegaram a esse entendimento.

“É importante a transparência na ajuda humanitária. Essa também é uma das razões porque gostamos que os jornalistas conheçam o que estamos a

¹⁵ Henrique Botequilha, jornalista da Revista Visão

¹⁶ Sofia Branco, jornalista do Público.Pt

fazer, para que possam ver no terreno as nossas acções.”¹⁷

¹⁷ Susana Sousa, membro do Departamento de Informação e Comunicação da Fundação AMI

Capítulo 7

Conclusões

Este trabalho foi feito com base em testemunhos de pessoas. A escolha das participações não foi aleatória e recaiu sobre intervenientes na relação criada no Problema de Investigação deste trabalho: Qual o Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária?

Contudo, não existe comprovação científica da verdade das suas afirmações, o que faz destas conclusões um conjunto de ideias que resultam da confiança nos testemunhos recolhidos, à luz da vivência pessoal e da experiência profissional de cada um dos participantes, aliadas à pesquisa bibliográfica.

Faz-se aqui uma síntese das conclusões que foram sendo retiradas ao longo deste trabalho:

1. A experiência de Timor-Leste comprovou que os media têm algum peso na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária, mas existem outros factores determinantes para o sucesso dessa relação: a proximidade entre a população portuguesa e a timorense, devida ao facto de se tratar de uma ex-colónia; e a predisposição da sociedade civil para se envolver nesta causa, que poderá ter tido origem num sentimento de responsabilização ou de culpa relativo a um complexo processo de descolonização.

2. Os media foram determinantes para a resolução dos conflitos em Timor-Leste, porque tornaram públicas as imagens do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Dili, e abriram as portas do território timorense aos olhos de todo o mundo.
3. O papel determinante dos media no caso de Timor-Leste não deriva de uma pretensão para a ajuda humanitária dos órgãos de comunicação social, mas sim da coragem e da determinação de dois jornalistas, que consideraram, provavelmente, que a sua profissão os obrigava ao dever de denunciar as atrocidades que assistiram. Foi uma iniciativa individual, e não sob o comando de ordens específicas, porque não se pode exigir a um jornalista que ponha a vida em risco pelo seu trabalho.
4. Os Media são o quarto poder, porque detém as características gerais dos restantes poderes instituídos e, por vezes, conseguem intervir nas suas esferas.
5. Os media têm na mão o grande poder de tornar público, e podem utilizá-lo para o Bem e para o Mal.
6. Das questões humanitárias, apenas as catástrofes têm espaço na agenda, uma vez que prosseguem o critério de noticiabilidade da Negatividade.
7. Os temas de direitos e ajuda humanitária têm pouco espaço na agenda mediática porque são difíceis de identificar e de tratar e falta a formação dos jornalistas nessa área; porque é difícil conseguir imagens e porque a contagem destas histórias não se compatibiliza com os tempos disponíveis (obstáculos para a mediatização televisiva); e finalmente, porque são considerados temas que não vendem, junto da sociedade civil.
8. A sociedade civil não está predisposta a ser mobilizada para a ajuda humanitária e não se interessa pelas questões de direitos humanos e ajuda humanitária.

9. Os media são empresas jornalísticas que respondem a lógicas de concorrência e de mercado, e que visam a obtenção do lucro.
10. Os jornalistas são profissionais sujeitos a uma hierarquia laboral, que contraria, muitas vezes, as suas preferências e opções pessoais.
11. Os jornalistas têm de se debater com o dilema de escolher entre a manutenção da sua profissão e a prossecução dos seus objectivos e aspirações a nível profissional.
12. Um dos maiores poderes dos jornalistas é o poder de denúncia.
13. A objectividade total no jornalismo é inalcançável, porque os jornalistas são seres humanos e interpretam a realidade de formas diferentes.
14. As organizações não governamentais dependem dos meios de comunicação social para divulgarem as suas iniciativas, angariarem fundos e, conseqüentemente, conseguirem sobreviver.
15. Essa relação de dependência entre os meios de comunicação social e as organizações não governamentais levou a que as ONGs tentassem adequar a sua linguagem à linguagem dos media, e que profissionalizassem essa relação.
16. Os media exigem frequentemente às ONGs uma moeda de troca para divulgarem as suas iniciativas: para que haja visibilidade tem de existir uma história (que às vezes transforma os media em violadores de direitos humanos).
17. A desconfiança em redor das organizações não governamentais, por parte dos media e da sociedade civil, resulta do facto de se conhecerem várias histórias de associações

fraudulentas, e de algumas ONGs esconderem o seu trabalho, os seus fins e os meios que utilizam para os alcançar. A falta de transparência é a grande inimiga destas organizações.

Capítulo 8

Bibliografia

- ANVERSA, G., “Não À Barbárie! A Independência de Timor Leste”, artigo publicado on-line em <http://www.nao-til.com.br/nao-68/timor.htm>.
- ANVERSA, G., *Timor-Leste: Descolonização Malograda e Genocídio*, Porto Alegre, Folha da História, 1998.
- CHOMSKY, Noam, *Rogue States: The Rule Of Force in World Affairs*, Sound End Press, New York, 2000
- CRONIN, Tom, “Journalistic Objectivity Vs. Passionate Journalism”, disponível on-line em <http://www.geocities.com/tcronin50/objectivity.html>
- DEARING, James e ROGERS, Everett, *Agenda-Setting*, SAGE Publications, London, 1996
- GOMES, Pereira, *O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor Leste: o Preço da Liberdade*, Gradiva, Lisboa, 2001
- HOUTART, François, “Société Civile et Espace Public”, artigo apresentado no Fórum Social Mundial 2001, no Rio Grande do Norte, Brasil
- JARDINE, Matthew, *East Timor: Genocide in Paradise*, 1999

- JUNQUEIRO, Raul, *A Idade do Conhecimento: A Nova Era Digital*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002
- LASSWELL, Harold, *Propaganda Techniques in the World War*, Cambridge, London, 1971
- MAGALHÃES, António Barberdo de, *Timor Leste, Um Povo Esmagado Pela Mentira e Pelo Silêncio*, um estudo elaborado pela ocasião das VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto, em 1997
- MATTELART, Armand e Michéle, *História das Teorias da Comunicação*, Campo das Letras, Porto, 1997
- MELO NETO, Francisco Paulo de, e FROES, César, *A Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: Administração do Terceiro Sector*, Qualitymark, Rio de Janeiro, 1999
- MOYERS, Bill, “On Being A Journalist”, 2003, disponível on-line em <http://www.commondreams.org/views03/0523-01.htm>
- PELTZER, Gonzalo, *Jornalismo com Paixão*, Universidad Austral, Facultad de Ciencias de La Información, Buenos Aires, 1996
- PIOVESAN, Flávia, *Temas de Direitos Humanos*, Editora Max Limonad, São Paulo, 2003
- TORO, Bernardo, e WERNECK, Nísia Duarte, *Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação*, disponível integralmente on-line em <http://www.facaparte.org.br/new/download/livro%20nisia.pdf>
- ZULUAGA, Nathalie Hernández, “Being A Journalist: Expectations And Real World”, disponível on-line em <http://www.monografias.com/trabajos14/researchpaper/researchpaper.shtml>.

Capítulo 9

Anexos

Colóquio

“O papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária”.

Moderação – Professor Doutor Manuel Meirinho

1^a parte

Henrique Botequilha – Jornalista da Visão, Iraque

Eu acompanhei o caso de Timor, não só lá como cá. Na primeira quinzena de Setembro de 99, eu estava ainda em Lisboa. Só avancei para Timor Leste na segunda quinzena, para acompanhar a entrada da força internacional de paz para pacificar (e pacificou) o território.

Depois dessa experiência em 99, tive oportunidade de voltar a Timor Leste mais três vezes, uma por ano, e estes anos reflectem bem o estado evolutivo, não só do então território (hoje país), não só da guerra (que conduziu à libertação), mas também na perspectiva dos media e da mobilização da sociedade civil para a ajuda

humanitária. Estes quatro anos reflectem quatro momentos evolutivos.

E Timor Leste é, a meu ver, um excelente campo de estudo, pela sua excepcionalidade sobre este tema, e não necessariamente apenas pelo papel dos media.

Na altura todos se recordam que Portugal acompanhou a consulta popular de 1999, em que havia duas questões: uma em que os timorenses eram convidados a dizer se pretendiam a autonomia alargada junto da Indonésia; ou se preferiam separar-se e conduzir o país para a independência.

Preferiram a segunda opção, não sem que o país e a população pagasse um preço elevado por essa acto de autodeterminação.

Quando o exército indonésio e os seus aliados timorenses de leste e oeste puseram em prática a sua política de terra queimada, seguiu-se em Portugal essa vaga de destruição desempestada, uma destruição que é muito difícil de transmitir até que ponto chegou – foi uma destruição quase total, atingiu perto dos 100% em algumas cidades, o que significa que praticamente não ficou nada, além dos movimentos migratórios da população, muitos deles, forçados.

E em Portugal, acompanhou-se isso com uma emoção sem par na nossa história recente e provavelmente irrepetível nos próximos anos. Na altura, estava em causa o destino de uma nação de língua portuguesa, e o factor português – julgo eu – tornou-se determinante nessa vaga de solidariedade singular, mais ainda do que o papel que os próprios media tiveram.

Timor era a última ex-colónia, já que aos olhos das Nações Unidas, Portugal era ainda a potência administrante. Portugal, em plena febre do verão quente de 75, deixou o território à sua sorte. Houve uma guerra civil sangrenta e que precedeu a brutal invasão indonésia em Dezembro desse ano, e depois ficou largamente conhecido o resultado dessa invasão: 200 mil mortos, metade dos quais nos primeiros cinco anos de anexação ilegal.

Em Setembro de 99, Timor-Leste fazia a abertura dos noticiários televisivos, não só cá como no mundo interior e manchetes

diárias na imprensa (internacional também), e no fundo era um pedaço de Portugal que estava em jogo. Este sentimento de “portugalidade”, aliado a uma catarse colectiva, como que espelhando más consciências do processo de colonização e de descolonização dos territórios ultramarinos pode ser uma parte da explicação do que aconteceu naquele Setembro, em Lisboa.

Por outro lado, em Timor Leste era invulgarmente fácil ver quem era os bons e os maus da fita. Estamos a falar de uma questão justiceira, e havia os “pequenos” escondidos de um lado da montanha, que lutavam contra um colosso regional, que era a Indonésia, que estava bem armado, era cruel e predador.

Por fim, a comunicação social.

Nunca como em Timor Leste se praticou um jornalismo de causas, que não tem grande tradição na comunicação social portuguesa e na questão de Timor teve.

Sobretudo, desde meados dos anos 80, começou com um movimento de poucos jornalistas, que nunca deixaram morrer a questão de Timor Leste e que se alargou substancialmente a partir do Massacre de Santa Cruz, 1991. A partir daí, esse movimento foi imparável, conduzindo ao tal jornalismo de causas, em que o jornalista que falasse essa luta de autodeterminação se tornava impopular. Esse jornalismo de causas foi crescendo até aquele Setembro altamente emotivo.

Também nesse período se praticou algum mau jornalismo, porque não se tratavam informações, raramente se ouvia a outra parte, e a generalidade dos media portugueses aceitava passivamente o papel de transmissor da propaganda da resistência, fosse ela verdade ou mentira.

Mas o que é certo é que o jornalismo de causa estava lá, e esta vertigem noticiosa durou praticamente um mês, como se nada acontecesse no resto do mundo. A Visão fez uma edição especial, que foi a mais vendida da sua história (vendeu 236 mil exemplares – uma edição normal vende 180 mil exemplares hoje).

Paralelamente, havia o Portugal na rua, que esperava o país com grandes multidões com lenços brancos, havia minutos de si-

lêncio, o Marquês de Pombal tapado de preto, o Templo de Diana, em Évora, tapado de branco, um cordão humano entre as delegações diplomáticas dos países com assento no Conselho de Segurança da ONU. Eu acho que hoje já pouca gente se lembra em que Portugal colectivamente chorou. Quando a Visão preparou a comemoração dos dois anos da independência para Timor Leste, estávamos a recordar algumas fotos, com o sentimento de “já ninguém se lembra disto”.

Esta é a excepcionalidade do caso de Timor, que eu acompanhei cá, não lá.

Foi sem surpresa que começaram a aparecer também as campanhas de solidariedade e de ajuda humanitária.. As ONGs habituais, as mais e as menos profissionais, mas também a sociedade civil, mexendo-se espontaneamente e dando origem a coisas altamente bizarras: futebolistas, fadistas, artistas, toda a gente por Timor, querendo fazer alguma coisa por Timor, certamente com boa vontade, mas nem sempre da melhor forma.

Isto não causou surpresas, face ao momento emotivo que se vivia na época. Mas surpresa foi ver que na altura, o comissariado de apoio à transição de Timor Leste, que era oficial, iniciava ele próprio uma campanha de donativos, que se revelou esmagadora. Esse comissariado conseguiu mais de um milhão de contos para donativos destinados a ajuda de emergência de Timor Leste.

Esta foi a parte que vi em Lisboa.

Em 22 de Setembro desse ano, eu estava em Timor, e foi uma pessoa da AMI que me introduziu no território. Estava fechado, havia um movimento de partidas e chegadas em Timor: a partida dos soldados indonésios e entretanto chegava a força internacional de paz, liderada pela Austrália que fazia voos de órgãos de comunicação internacionais e apenas um português, a Lusa.

À maioria dos jornalistas portugueses que queria acompanhar de perto a questão de Timor, foi reservado um papel expectativa, na Austrália. Esse papel também era reservado às ONGs portuguesas, que queriam operar em Timor, e que também se encontravam na Austrália.

A AMI teve a coragem de entrar com os seus próprios meios em Dili, levando alguns jornalistas á boleia, entre eles, eu.

Timor estava completamente desprovido de lei e ordem, o cenário de destruição em Dili era de 70%, o ambiente era de caos total: não havia autoridade, não havia edifícios, comércio, nem sequer timorenses. A população estava refugiada ou nas montanhas ou tinha sido forçada a partir para campos de refugiados do outro lado da ilha. Entre a AMI e a Visão, nasceu uma cumplicidade logística, que se revelou decisiva.

A Visão (e outro jornal que lá estava) retribuiu a boleia através de uma casa que todos nós tínhamos ocupado, e que ainda estava inteira, e que seria a primeira sede da AMI em Dili, e que hoje é um supermercado.

Dou apenas um exemplo: Quando houve condições para subirmos a montanha e para procurar a guerrilha, o comandante da guerrilha, vendo o grupo de jornalistas (eram os primeiros ocidentais que chegavam à montanha desde o início de Setembro), pediu para quando nós descemos fossemos até tal comissariado oficial para levar médicos e alimentos a essa encosta chamada montanha do mundo perdido. Quando descemos, fomos de facto falar com o comissariado e ainda hoje estamos à espera da resposta. Falámos com a AMI e em menos de 24 horas a ajuda estava lá em cima, com praticamente todos os jornalistas destacados a acompanhar essa operação de ajuda humanitária, não só da guerrilha, mas também das cerca de 10 mil pessoas que tinham procurado refúgio junto da resistência armada.

Esta é uma história que teve um final interessante, mas que é uma raridade. Porque o normal é os jornalistas terem a sua agenda, as ONGs também e não há nada de errado em relação a isso. É provável que isso traga menos mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária.

Quando nós somos destacados, vamos para um cenário em que a catástrofe humanitária pode ser apenas uma parte da nossa cobertura noticiosa, porque outras notícias haverão. No fundo, entre esta proximidade entre ajuda humanitária e jornalistas, faz-

se uma pergunta: há notícia ou não há notícia? E quando há, julgo que aí se podem fazer coisas interessantes para os jornalistas (que querem notícias) e para as ONGs (que querem visibilidade para as suas operações).

Aquilo que a AMI fez, e mais tarde a OIKOS, os Médicos do Mundo (e outras ONGs que eu nem sequer sabia que estavam em Timor) eu posso testemunhar.

Na altura, havia muitas ONGs internacionais a operar, não muitas portuguesas. Mas nem todas se dão a conhecer. Há instituições de ajuda humanitária que se dão muito a conhecer, têm muita visibilidade porque abrem as portas e convidam, enquanto que há outras organizações que trabalham em surdina, quase clandestinamente e eu encontrei algumas porque tropecei nelas, nos sítios mais inacreditáveis daquele país. É um estilo, mas também não sei se isso trará frutos para que a sociedade civil as conheça e saiba do que se está a falar.

Por outro lado, havia o inverso, o lado mau. Ao fim de dois anos, e quando até já tínhamos ultrapassado a fase de emergência e quando faria mais sentido canalizar ajuda para o desenvolvimento, todas as campanhas espontâneas da sociedade civil não existiam no terreno. Da mesma forma que o tal milhão de contos do comissariado, que era suposto ser destinado à ajuda de emergência, só teve reflexo mais tarde, na ajuda ao desenvolvimento e, ironicamente, canalizado para obras especializadas.

Quantos aos projectos que outras entidades amplamente publicitaram na comunicação social portuguesa, eram inexistentes. Pode-se levantar a questão: houve boa vontade? Ou não houve competência? Nunca saberemos. O que é certo é que houve uma participação maciça da sociedade portuguesa nesse Setembro negro e no terreno, esse apoio não chegou.

Em Fevereiro de 2000, havia dois raio-x em todo o território de Timor, não havia um aparelho de ecografia, quando 80% dos problemas de saúde estavam relacionados com a saúde materna ou infantil, não havia quase equipamentos de diagnóstico.

Isto leva-nos a uma questão cultural do jornalista, que é tam-

bém uma defesa, que é a de ser desconfiado. O jornalista é, por natureza, desconfiado, e em relação à ajuda humanitária, todos estes episódios ajudaram a essa desconfiança, sobretudo porque foram conhecidos posteriormente alguns casos que se revelariam verdadeiros escândalos.

Por outro lado ainda, o jornalismo de causas morreu um pouco com a independência de Timor. À medida que Timor Leste foi saindo da agenda política e dos media, a solidariedade começou a faltar e o ponto máximo seria atingido com a independência, em Maio de 2002 – que deveria ser encarado como o início de qualquer coisa e não como o fim, e no fundo aquele país continuou carenciado de quase tudo. Ficaram lá poucas instituições de solidariedade e de ajuda humanitária, e menos ainda jornalistas para contar aquilo que estava.

Além de ser desconfiado, o jornalista tem ainda uma tendência, também cultural, de abordar os assuntos pela negativa. Para nós é muito mais importante denunciar do que promover. Isto prende-se com a questão é a do risco, que se torna às vezes muito expressivo, de sermos manipulados. De estarmos a promover algo que não merece ser promovido, e daí assumirmos muitas vezes uma atitude de defesa.

Eu acredito no jornalismo como um acto de denúncia, e aqui talvez os jornalistas sejam essenciais para separar o que é uma instituição séria de uma não séria, mas também acredito que há assuntos positivos que merecem ser amplamente divulgados (cito o exemplo da AMI em Timor Leste, mas não é preciso lá ir para encontrá-los).

Falta uma cultura de comunicação generalizada na sociedade portuguesa, não há uma cultura de comunicação nas instituições de ajuda humanitária. Por outro lado, há uma cultura de desconfiança dos jornalistas e de abordarem as coisas pela negativa, além de pouco espaço na agenda jornalística, para estar a abordar assuntos de ajuda humanitária, a não ser quando eles são muito prementes ou grandes catástrofes humanitárias.

José Miguel Costa – vice-presidente da Amnistia Internacional

Quando me falaram do tema “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”, eu pensei que tudo se poderia sintetizar numa frase: Realmente é muito importante – e acabaria assim a intervenção.

A Amnistia Internacional foi criada em 1961, por um advogado britânico, e deve-se exactamente a uma notícia num jornal londrino da altura, que falava sobre a prisão de dois estudantes portugueses e a sua condenação, por terem apenas brindado à liberdade num café. Foi isso que levou Peter Benenson, uns meses depois, em 28 de Maio de 1961, a fazer uma publicação no jornal *The New Observer*, sobre os “prisioneiros esquecidos”, em que lançava um apelo para a amnistia dos prisioneiros de consciência e, a partir daí, esse artigo foi reconhecido por vários órgãos de comunicação social por todo o mundo, especialmente, no mundo ocidental, e foi isso que levou á criação e ao rápido crescimento da Amnistia Internacional.

Eu faço a pergunta: Fará sentido, hoje em dia, uma organização não governamental para a defesa dos direitos humanos sem o apoio dos media? Penso que não faz. Apesar de tentarmos o nosso movimento, que predominantemente é feito por voluntários não remunerados, e investigarmos abusos de direitos humanos e enviarmos apelos, através dos nossos membros e dos nossos apoiantes, para as entidades responsáveis, de forma a que cessem esses abusos, é um facto que, sem a repercussão dos órgãos de comunicação social, o nosso trabalho teria bastante menos audiência.

A nossa forma de atrair a comunicação social: temos a sensação que emitimos demasiados comunicados de imprensa e que acabamos por saturar os órgão de comunicação social (saem á razão de 2 a 3 por semana), e temos um relatório anual, em que nos preocupamos em divulgar e denunciar os casos de abusos e violações de direitos humanos, da forma mais abrangente possível.

Por exemplo, no relatório que saiu este ano, referente a 2003, citamos casos em 155 países.

Dentro da Amnistia Internacional, costumamos dizer que os órgãos de comunicação social, por um lado, são o nosso melhor amigo, e por outro, também podem ser um inimigo.

Consoante os casos que estão na moda sobre violações de direitos humanos, há outros casos que são preteridos, o que pode dar uma visão da Amnistia Internacional relativamente distorcida – é acusada, muitas vezes, de parcialidade, de focar só um aspecto ou outro.

Há outro aspecto que é o facto de a Amnistia Internacional ser feita de voluntárias, em Portugal não somos muitos, e falta-nos desenvolver, talvez, uma relação de privilégio com os jornalistas e termos uma atitude mais pró-activa, explicarmos porque é que as coisas interessam: não é para fazer publicidade à Amnistia Internacional, mas sim para denunciar abusos de direitos humanos.

Porque é que estes casos têm pouca saída nos jornais portugueses? Não sei. Principalmente nos jornais diários: basta irmos aqui á vizinha Espanha, em que se abrem os jornais e vê-se que as questões de abusos dos direitos humanos ocupam um lugar de grande destaque e em Portugal, há, por vezes, uma ou duas páginas na secção internacional, e há assuntos bem mais locais que atraem mais a atenção.

Poderá ser, talvez, um ciclo vicioso. Poderá apontar-se à falta de formação em direitos humanos da população portuguesa em geral. Mas, por outro lado, o caso de Timor Leste prova que não, que é possível mobilizar as pessoas para questões graves de direitos humanos.

Há também um facto que é o interesse pela proximidade: Timor Leste é sentido como sendo nosso. Lembro-me de um conto do Eça de Queirós, em que havia uma pessoa que lia o jornal numa, num círculo de pessoas, e que começava por falar de um terramoto na Ásia, com centenas de milhares de mortos, e as pessoas não comentavam nada; depois passava para uma revolução noutra sítio e ia-se aproximando, e quando falava da entorse da

senhora que morava no bairro ao lado, toda a gente se mostrava muito preocupada. Esta é a nossa visão, talvez um pouco mesquinha, onde aquilo que nos preocupa é o que nos está próximo.

Aí, a Amnistia Internacional tem um *handicap*, porque habitualmente (apesar de se estar a tentar mudar esta atitude), nós não nos ocupamos de casos de violações grandes de direitos humanos, no nosso próprio país.

Debate:

Dra. Maria Inês Castelo Branco

O senhor jornalista da Visão tocou nalguns aspectos que me parecem importantes e igualmente pertinentes.

Coloca duas interrogações: Houve boa vontade? Houve incompetência?, relativamente à sociedade civil.

Eu acho que houve boa vontade. Incompetência, talvez também tivesse havido alguma. No entanto, há um aspecto que eu gostaria de focar. Em 1995, houve a célebre operação “Timor 85 – Vamos Ajudar”. Na altura, o assunto de Timor era um assunto tabu. Eu fui militante nesta causa, promovi inclusive um debate, bastante grande, com o senhor D. Duarte de Bragança. Não propriamente pelo interesse daquilo que ele tivesse para nos comunicar, mas sobretudo, por ser uma figura mediática. Na altura, o que se pretendia era fazer uma angariação de fundos para a construção de um realojamento com o mínimo de dignidade no Jamor, e isso deu frutos muito importantes. Foi preciso que tudo isso tivesse acontecido para que a Câmara Municipal de Oeiras tivesse percebido que o Jamor pertencia a Oeiras e não a Lisboa, e tivesse agido.

Se me disser que houve incompetência quando as pessoas militavam e defendiam que se devia fazer isto e aquilo, eu digo sim. Inoperância, sim, eu aceito tudo isto. Houve muita ingenuidade, muita generosidade e muito boa vontade. Nós atirámo-nos porque achámos que era uma causa justa. E acho que acabou por dar

frutos, porque pelo menos mexeu um bocadinho este país e, ao fim de algum tempo, as coisas começaram a processar-se.

João Alves

Quais são os critérios que a imprensa segue, quando tenta determinar modas de ajuda humanitária?

Henrique Botequilha

Os jornalistas lutam dentro de qualquer redacção para terem a sua agenda independente, mas isso não é viável, porque há uma actualidade para acompanhar. Isso tem muito mais a ver com os tempos em que vivemos hoje, em que as empresas jornalísticas são muito mais empresas do que jornalísticas, e, nesse sentido, há leis de concorrência a cumprir e de marcação, quase produto a produto, que formam a linguagem da empresa e que não permitem que, muitas vezes, se libertem agendas próprias. O assunto da ajuda humanitária, claramente não entra na agenda, não existe. Ou se existe é porque há jornalistas muito teimosos ou editores um pouco mais visionários que ainda conseguem remar contra as coisas. Existe ajuda humanitária na agenda sobretudo quando são desastres naturais. Em assuntos de guerra, normalmente, é mais complicado. Entre os direitos humanos e o desastre natural, o desastre natural ganha.

Depois da desgraça, os assuntos desaparecem dos alinhamento e ninguém mais quer saber. Há causas de primeira e causas de segunda, conformem mobilizem massas ou não.

João Alves

A Amnistia Internacional segue as modas ditadas pela imprensa?

José Miguel Costa

Nós procuramos não seguir as modas em relação a violações de direitos humanos.

Por exemplo, o ano passado, quando se desencadeou a guerra no Iraque, a nossa luta era uma campanha sobre a violação dos direitos humanos na federação russa. As pessoas ficavam chocadas e ofendidas com questões que se passavam.

Mas a moda é uma coisa inerente ao próprio ser humano, em tudo há modas. É óbvio que a Amnistia Internacional é algo vítima de modas, no sentido em que tem de emitir comunicados de imprensa, na altura temporal exacta para os indicar. Por exemplo, está um comunicado de imprensa embargado por caso da questão do Sudão. Ao mesmo tempo, a Amnistia tem de tomar posições, dia-a-dia, sobre as questões que levantam mais polémica na opinião pública.

Eu diria que os nossos princípios nos levam a contrariar ao máximo o aspecto das modas, e daí os 155 países que temos no nosso relatório anual.

Petra Catarina

Mestranda do ISEG

Qual a sua opinião sobre o facto de os assuntos de direitos humanos não aparecerem nos media? Não terá a ver com o facto de não existir uma acção de educação da sociedade civil para o desenvolvimento?

José Miguel Costa

O grande problema é o de formação. A Amnistia Internacional não trata de casos de violações de direitos humanos no seu próprio país, preocupa-se em fazer a promoção da educação para os direitos humanos em Portugal. Para isso, fazemos formações

em escolas, quer superiores, quer secundárias e primárias, para os pais editamos manuais para educação de direitos humanos, penso que o aspecto mais importante neste país é a formação.

Para contornar esse problema, creio que a solução, sobre o ponto de vista da Amnistia Internacional, passa por uma maior profissionalização da nossa relação com os órgãos de comunicação social, tentar motivar e atrair os jornalistas para a causa da defesa dos direitos humanos. Não só atrair os jornalistas, mas também os donos dos jornais, donos dos órgãos de comunicação social.

Estou convencido de que o panorama só poderá melhorar.

Quando vemos exemplos de casos como o da detenção de um político, ligado ao futebol, e que todos os jornais nos bombardeiam sobre isso, é um insulto às pessoas, eu sinto-me insultado. Eu penso que é um insulto á nossa inteligência.

Sofia Aureliano

Se o caso de Timor Leste não tivesse tido tanto impacto junto da sociedade civil, os media teria feito uma tão grande cobertura?

Henrique Botequilha

Não, a cobertura não seria a mesma. E o motivo é mais simples do que pode parecer. A cobertura não seria a mesma, porque não teria assunto para cobrir. Se aquelas massas, que alimentaram todos os noticiários, não estão na rua, não há nada para meter dentro da informação jornalística. Se essa vaga de emoção não tivesse acontecido, não haveria história para alimentar tanto tempo e com uma exposição tão prolongada o assunto de Timor.

O território estava fechado. Enquanto as manifestações aconteciam em Lisboa, as tropas indonésias estavam a destruir tudo de uma ponta à outra do país, sem testemunhas. Havia um núcleo de jornalistas que ficaram na sede da UNAMED, em Dili, mas a sua

presença era mais simbólica, porque eles não podiam trabalhar, estavam prisioneiros, reféns dentro do edifício.

Havia actualidade internacional, havia o que se passava na Assembleia Geral da ONU, no conselho de Segurança, havia o que se passava noutras capitais, mas de Timor, não havia basicamente o que a resistência queria.

Se não houvesse essa vaga de solidariedade, esse empenho da sociedade portuguesa em relação a Timor, acho altamente duvidoso que se conseguisse alimentar os jornais, as televisões e as rádios, de uma forma quase exclusiva e durante tanto tempo.

Sofia Aureliano

Os media provaram que podem mobilizar as sociedades no caso de Timor. Podemos concluir que o poder dos media existe mas não é utilizado?

Henrique Botequilha

É uma forma possível de ver as coisas. Mas acho que é um pouco injusto por o ónus da culpa nos jornalistas.

O que aconteceu no Massacre de Santa Cruz e o facto de ter sido filmado e fotografado (Max Stahl e Steve Cox), isso dependeu sobretudo do talento desses dois jornalistas. Porque as imagens de abusos de direitos saíram sempre de Timor.

Não é fácil ir para um país que está oprimido por uma ditadura feroz, muito cruel – eu acho que as pessoas, ao fim destes anos todos, ainda não têm noção do que foi a ocupação indonésia em Timor Leste. Os jornalistas morrem no terreno e não é pedido aos jornalistas que morram no terreno, no seu trabalho. É pedir demasiado.

Aqueles dois jornalistas que captaram as imagens do massacre de Santa Cruz expuseram-se de uma forma inacreditável, também estiveram debaixo das balas. Jogaram com as probabilidades.

Havia uma probabilidade altíssima de um deles ser atingido.

Depois havia uma segunda possibilidade de, conseguindo as imagens, perdê-las. Tinha que conseguir retirá-las do território.

Os jornalistas talvez não usem os meios que possuem. Mas até que ponto será justo pedi-lo?

José Miguel Costa

Toda a justiça e toda a honra aos jornalistas. Muitas vezes, as questões editoriais não passam por vós, passa por outras políticas e por outras questões de marketing dos órgãos de comunicação social, que vos ultrapassa.

2^a parte

Sofia Branco – Público.pt

Vou começar pela questão da formação. Realmente os jornalistas não têm nas suas licenciaturas uma cadeira vocacionada para os direitos humanos, para a ajuda humanitária. E eu acho que deviam ter, mas ainda vou mais longe: essa cadeira devia existir, em todos os níveis de ensino, em Portugal. Para mim, seria muito mais importante ter essa cadeira do que a de Educação moral e Religiosa, por exemplo. Esta cadeira, podia não ser só de direitos humanos, mas também de Educação para a Cidadania.

Há uma letargia na sociedade civil portuguesa para se mobilizar para determinadas causas. Acho que isso poderia ajudar as novas gerações a estarem mais atentas para os abusos de direitos humanos e para a necessidade de promover direitos básicos e fundamentais que estão em muitos maus lençóis.

Vou centrar-me no trabalho que fiz sobre a mutilação genital feminina, porque acho que é paradigmático em vários aspectos, e está muito relacionado com a tal relação entre as ONGs, a sociedade civil e os jornalistas.

Tudo começou por causa de uma ONG guineense (chamada em língua mandinga “Olhar o Futuro”) que veio cá.

Basicamente, a mutilação genital feminina enquadra-se num ritual de iniciação mais vasto, cumprindo em cerca de 30 países, na maioria, no continente africano. Mas, não é um fenómeno africano, nem islâmico, foi praticado até ao século XIX (início do século XX), no Reino Unido e nos Estados Unidos. Era feito a mulheres ninfomaníacas, histéricas, com vários problemas desse tipo.

As pessoas achavam que isto era um fenómeno que se praticava longinquamente, num país qualquer de África e que não interessa nada. Mas não é bem assim: trata-se de 50 milhões de mulheres que foram mutiladas (mais ou menos quatro mulheres mutiladas por minuto), e mesmo que fosse só uma, era importante.

Eu sou um pouco crítica do jornalismo que se faz hoje – e ao fazer a crítica, faço uma autocrítica. Acho que há uma falta de aposta, na generalidade dos meios de comunicação social, para assuntos ligados aos direitos humanos. Isto é particularmente visível quando se trata de direitos das mulheres.

Há espaço para fazer artigos, mas será a primeira coisa a cair se houve um anúncio publicitário para o espaço desse artigo. Há uma falta de aposta das direcções, editorias e da própria empresa de comunicação social, mas há também uma falta de aposta dos próprios jornalistas a título individual. É um pouco remar contra a maré, será sempre.

Não é fácil um jornalista fazer alguma coisa quando o editor não quer, mas acho que é possível fazer mais.

Vejo o jornalismo muito mais como um dever do que como um poder. Um dever que tem uma grande responsabilidade. Neste momento, acho que se faz um jornalismo muito pouco responsável.

Mas é claro que o jornalismo tem imensos poderes. Um deles é o de tornar públicos determinados assuntos junto da sociedade. No caso particular da mutilação genital feminina, ainda nunca se tinha falado disso em Portugal, abertamente, em jornais.

Algumas ONGs já tinham falado no assunto, mas nunca se tinha feito um trabalho com a dimensão daquele que eu fiz.

O primeiro artigo que eu publiquei, em Agosto de 2002, falava da possibilidade da mutilação genital feminina ser praticada aqui, e este aqui é muito importante, porque se não existisse, nada se teria passado como passou, exactamente pela relação de proximidade que já é essencial. Isso mexeu, não tanto com as pessoas, mas politicamente. A primeira reacção é política, e eu acho um caso paradigmático a esse nível.

A primeira reacção é do primeiro-ministro, que se manifesta sobre o assunto, dá instruções para que a questão da mutilação genital feminina seja integrada num plano para a igualdade entre homens e mulheres, no mais vasto plano que existe, e que tem entre outras coisas, a questão da violência doméstica.

O segundo partido da coligação, o CS-PP, faz um projecto-lei quase imediato sobre o assunto, embora a discussão tivesse sido mais tardia. A questão foi ao parlamento e há uma relação política forte.

Da sociedade civil, foi preciso esperar mais. A grande reacção chega, quando no terceiro artigo que escrevia sobre o assunto, pego no caso de uma queniana que tinha pedido asilo a Portugal, alegando que estava a fugir da mutilação genital feminina. O asilo foi negado. Esse caso, suscitou reacção imediata, nomeadamente da OIKOS, que se ofereceu para lhe arranjar casa emprego, para a acolher enquanto ela espera a decisão final.

Há, às vezes, uma grande falta de comunicação entre os jornalistas e as ONGs e no caso desta queniana, isso é paradigmático. Eu soube deste caso porque, por acaso, liguei para o Conselho português para os Refugiados para falar de outros assuntos, e como tinha feito um trabalho sobre a motivação e já tinha ligado anteriormente, resolvi perguntar se tinham, entretanto, recebido algum caso de pedido de asilo por fuga à mutilação genital feminina, e eles tinham acabado de receber. Não me disseram nada, mesmo eu já tendo feito outros artigos, sobre o assunto. Esta relação é crucial. Não digo que tivessem de me ter dito a mim, mas

tinham de ter dito a alguém. É o primeiro caso de um pedido de asilo por essa razão, e que se veio a revelar importantíssimo a vários níveis.

Foi o caso mais complicado que eu tratei, porque havia a história da queniana e havia uma decisão a tomar: acreditar ou não na história dela. Eu tomei coincidentemente a decisão de acreditar. Havia situações paralelas como a forma como ela expressou o pedido; e a forma como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras bloqueou o pedido, e principalmente a forma como o Conselho Nacional para os Refugiados (que é governamental, e é a instância que decide) se limitou a copiar *ipsis verbis* a decisão do SEF, sem ouvir a queniana (e podia tê-lo feito).

Estas decisões são cruciais para um jornalista. Internamente, houve uma grande discussão sobre se eu devia ter dado voz à história – nada disto é muito pacífico.

Já no caso da possibilidade da mutilação ser praticada em Portugal, já tinha havido uma discussão sobre isso.

A grande falta de aposta no jornalismo de investigação também passa pelo facto de levar muito tempo. Eu levei mais ou menos dois meses e meio nesta investigação.

Houve uma altura em que se discutiu se eu podia inventar que queria fazer uma mutilação genital feminina e ir ver se a podia fazer em Portugal. Isto é uma questão que se coloca muitas vezes: se temos que nos identificar ou se podemos manipular um pouco as coisas ou não. Houve gente no público que achava que eu devia fazê-lo, com as devidas protecções. O problema é que aqui a devida protecção implicava envolver a polícia, e que muito provavelmente a pessoa que eventualmente aceitasse fazer uma mutilação genital feminina fosse presa. E eu decidi que não, porque acho que um jornalista não deve enganar *a priori*, ou seja, não me parece mal que manipule determinadas coisas durante o trabalho que está a fazer, mas não me parece nada bem, que diga à partida que quer fazer uma coisa que não quer fazer, de todo.

A noção de direitos humanos não é igual em todo o mundo. Foi criada no ocidente, a Carta das Nações Unidas foi toda redi-

gida por ocidentais, europeus e norte-americanos e a questão dos direitos humanos tem balizas muito incertas. Tive oportunidade de ir à Guiné e descobri que lá há direitos humanos a que nós aqui não damos importância nenhuma, nomeadamente, o facto da família ser alargada e responsável por tudo o que acontece a uma determinada pessoa. Nós aqui temos sistemas de segurança social totalmente indiferentes, frios. Na Guiné, são as próprias pessoas que se responsabilizam por cada membro da família. Isso também me parece um direito humano que nós perdemos.

Quando um jornalista está a tratar de um fenómeno tão complexo como é o da mutilação genital feminina, obviamente que se me perguntarem se eu sou contra, não há dúvidas. Mas acho que não é isso que deve passar num artigo desse género. Deve-se tentar perceber porque é que isso acontece. Foi isto que eu tentei fazer.

Acho que esse caso, e o de Timor, provam o poder de denúncia que os jornalistas têm. Normalmente, costuma processar-se um fenómeno de contaminação, o artigo é puxado pelas televisões, pelas rádios. Neste caso não puxaram, e este fenómeno de contaminação não funcionou. Penso que por duas razões:

1. porque é um fenómeno muito complexo para se explicar em cinco minutos (que é mais ou menos a duração de uma peça televisiva ou de rádio);
2. (para o caso da televisão) porque as imagens são muito difíceis, e o poder das imagens é crucial hoje em dia.

É incrível só termos sabido de abusos contra prisioneiros iraquiano quando vimos as imagens, quando, seguramente, já existiam à imenso tempo.

O poder de denúncia é um dos grandes poderes do jornalista.

Em relação à mobilização da sociedade civil, partindo deste caso particular, foi tardia, mas aconteceu. Já se realizaram imensas conferências e imensos debates só sobre mutilação genital feminina, dirigidos a médicos, professores. Saíram vários artigos

de opinião, curiosamente todos escritos por mulheres – continua a ser algo fantástico -, excepto o editorial que o director do público fez sobre o artigo. Já houve também programas de televisão sobre o assunto, mais tardios.

Eu nunca me preocupei muito em confirmar se a mutilação genital feminina era ou não praticada, porque uma coisa é certa: estas meninas de etnias islamizadas guineenses, que cá esto, vão de férias para a Guiné Bissau, ter com as avós, por exemplo, e são mutiladas lá e voltam assim. Não são mutiladas lá, mas vem para cá. Isso faz toda a diferença. É óbvio que a Guiné é um país muito pobre e não vamos tirar a ajuda só porque se mutila metade da população. É preciso exigir contrapartidas, quando se dá financiamentos para as mais variadas coisas. Nem que sejam contrapartidas locais, exigindo aos políticos guineenses que actuem ao nível local sobre esta matéria: não há uma lei na Guiné Bissau sobre o assunto; fala-se disso em cada esquina, é um tema aberto como é a circuncisão masculina.

Na Guiné, há ONGs como cogumelos, porta sim, porta sim. Não estava nada à espera daquela realidade. E muito mais quando descobri que cada uma trabalha para o seu lado, que é um pouco o que acontece aqui em Portugal, e acho isso grave. Essa é a maior crítica que tenho em relação às ONGs.

Na sequência dos artigos sobre mutilação genital feminina publicados cá, imensas ONGs guineenses começaram a fazer planos, relatórios, investigações. Há imensa gente a trabalhar sobre a matéria, mas estão todos a separar separadamente, cada um por si. Não reúnem esforços para fazer um estudo a sério. Fiquei muito desiludida. O texto sobre a experiência na Guiné foi o que mais gostei de escrever, mas o mais difícil, porque pude ver o ritual alternativo (sem mutilação) todo por dentro. E, como passei muito tempo dentro daquela organização, apercebi-me que o projecto é extremamente interessante, porque não é etnocêntrico, e há uma aposta em manter as tradições culturais, que são muito valorizadas, mas esta organização tinha uma forma de funciona-

mento muito discutível, nomeadamente, o seu presidente estava riquíssimo e metia muito dinheiro ao bolso.

Temos aqui os dois lados e foi difícilimo escrever o texto, porque eu não queria descredibilizar o projecto, porque achava muito interessante, mas também não queria deixar de dizer que tinha vistos coisas naquela associação que não eram de muito valor.

Ocorre-me fazer algumas perguntas.

Primeiro, se os direitos humanos estão na agenda mediática? Acho que, de facto, não estão. Ou há uma grande força de vontade do jornalista, que apanha, por sua vez, um editor que até gosta dessas matérias, ou um director, no caso, como eu apanhei no público (e tive essa sorte!), que também está disponível para publicar artigos deste tipo, ou então, a entrada é complicada.

Os direitos humanos ocupam um papel central ou menor? Se é que ocupam algum papel. Eu defendo que o jornalismo que se faz hoje devia ser mais humanista, e por isso eu defendo a tal formação adequada.

Os jornalistas estão conscientes daquilo que podem fazer a este nível? Eu acho que não estão.

Será que o jornalismo está preparado para explicar questões complexas como é a da mutilação genital feminina, e se o consegue fazer não partindo do seu ponto de vista ocidental branco? Eu acho que há muita coisa a mudar, e cada vez mais. Eu quando ligo a televisão também me sinto absolutamente insultada, e eu sou jornalista.

Sobre o jornalismo de causas: eu adoro esse tipo de jornalismo, mas há quem o veja com muitos maus olhos. Nomeadamente, um dos meus jornalistas preferidos, que é o Arlindo Gomes, que já pensava em Timor há muito tempo, e que diz que o jornalismo de causas tem um cariz de militância de que ele não gosta. Eu acho que a militância é ótima quando é feita no bom sentido, e portanto eu defendo esse jornalismo, que acho que é praticamente inexistente, e que deve ser reabilitado urgentemente, é muito mais do que o jornalismo cívico que nasceu nos Estados Unidos. Embora o jornalismo cívico me pareça muito interes-

sante, porque a base é não olhar o leitor apenas como consumidor, mas sim como um cidadão, e traz a sua voz para a opinião pública.

O jornalismo de causas não deve ter, a meu ver, nenhuma militância justiceira. No caso de Timor, terá tido, em parte.

O jornalista é, essencialmente, uma testemunha privilegiada da realidade. Não é e nunca será objectivo. Não há objectividade. Pode haver imparcialidade, deve haver neutralidade e deve, essencialmente, haver honestidade.

Madalena Marçal Grilo – Unicef

A Unicef nasce como uma organização de ajuda humanitária, a seguir à segunda guerra mundial, com o objectivo e o mandato específico para apoiar as crianças da Europa, vítimas da guerra. Rapidamente o mandato se vai alargando, e passa a mandato permanente. Ao longo destes anos todos, a forma como a Unicef trabalha tem vindo a evoluir, passa de um carácter muito centrado na criança, para ir abrangendo o meio onde ela se insere.

Neste momento, a missão da Unicef diz que é guiada pela Convenção sobre o Direitos da Criança, adoptada em 1989.

Para desmistificar um pouco o que é a opinião pública sobre direitos humanos. A nível público, a percepção das pessoas é que os direitos humanos são uma coisa muito complicada.

A Unicef, ao concentrar-se na concepção sobre os direitos da criança – e fez um grande esforço para que o texto fosse abrangente – procurou ter o máximo de adesão possível, para poder ter um instrumento que vinculava os Estados.

Não há mecanismos de controlo, mas é um instrumento para pressionar os estados a adoptarem medidas a favor dos direitos da criança. É o tratado com mais ratificações no mundo – só dois países não o ratificaram, A Somália e os EUA).

A convenção é um instrumento básico para todo o trabalho que a Unicef faz.

Talvez precisasse de referir o que é o Comité Nacional para a

Unicef, porque há algumas confusões. A Unicef tem uma sede em Nova Iorque, tem escritórios regionais e de campo. É governada por um conselho de administração, que é composto por 34 ou 36 países, em que estão representados países em desenvolvimento e países industrializados, segundo a lógica das Nações Unidas de alguma representatividade geográfica.

Existem os comités nacionais, como nós, que são organizações não governamentais, cuja principal função é sensibilizar o público e angariar fundos para os programas da Unicef, porque a Unicef vive exclusivamente de contribuições voluntárias. Esta também é uma especificidade da Unicef, no contexto das nações Unidas, porque eu julgo que não há mais nenhuma organização que dependa inteiramente de contribuições voluntárias.

Ressalto esta questão, porque acho que reforça as nossas expectativas em relação aos meios de comunicação social, porque nós vivemos exclusivamente de contribuições voluntárias, portanto, uma das coisas em que sentimos algumas diferenças dos outros, é o facto de não sermos responsáveis directos dos programas que a Unicef aplica no terreno, ou seja, somos financiadores dos projectos, mas eles são definidos de acordo com os países onde a Unicef actua e com a sede.

Por isso, temos uma visão mais a nível de papel e imagem, porque não temos, como os jornalistas, a mesma possibilidade de nos deslocarmos ao local e de ver.

A forma como a Unicef trabalha e aborda as questões da ajuda humanitária e de catástrofe, e as questões do desenvolvimento tem vindo a evoluir. Se, de facto, a ajuda humanitária foi o ponto de partida, neste momento, a Unicef, mesmo quando está presente em situações de guerra, procura que a ajuda que presta seja um reforço ou uma injeção para o programa de desenvolvimento que normalmente está em curso nesse país.

A Unicef está presente em 158 países, umas presenças mais fortes outras menos.

Com base na experiência adquirida, nos progressos conseguidos na década de 90, a Unicef publicou um relatório chamado “O

Progresso das Nações”, que avaliava e listava os países de acordo com essas evoluções, e tendo em conta o PIB per capita.

Em 2002, a Unicef adoptou um plano estratégico, e resolveu eleger cinco prioridades, que considera indispensáveis para que se possa avançar, e contribuir para os objectivos de desenvolvimento. E faço aqui a ponte para o que disse a Sofia Branco, por causa da mutilação genital feminina, porque uma das prioridades da Unicef (a primeira) é a educação das raparigas.

Quanto aos jornalistas, eu acho que eles a têm uma função (que têm conseguido fazer) que é a de trazer a lume muitos assuntos que estariam mergulhados em profundo silêncio.

A partir daí é que as coisas se complicam. E sem usar a ajuda humanitária, acho que temos em Portugal um caso que é paradigmático, que é a questão do caso Casa Pia. Começou, exactamente, por ser uma denúncia jornalística, mas depois deu origem a enúmeros atropelos. É óbvio que, dentro do jornalismo, há os bons e os maus.

Relativamente ao caso de Timor, acho que é um caso que valeria a pena ser estudado, porque há um conjunto de factores que foram aqui referidos, mas outros que talvez não tenham sido. Eu pergunto: qual foi a importância dada pelos Estados Unidos à questão de Timor? O papel que o Conselho de Segurança teve? Penso que, para além do fenómeno da solidariedade que despoletou aqui em Portugal, há outros aspectos que valeria a pena serem levantados.

Em Portugal, contrariamente ao que acontece em muitos países europeus, o envolvimento dos cidadãos activos nas ONGs é escasso. Os portugueses não gostam muito de se juntar a organizações. Temos que a taxa mais baixa de associados das ONGs da União Europeia, e respondemos aquilo a que se chama *solidarity on demand*, uma reacção emocional, mas desorganizada. Falta alguma participação cívica mais constante.

Em números, é possível verificar que se nós fizermos uma campanha com visibilidade nos meios de comunicação social, a resposta do público é, certamente, mais positiva. Mas eu pergunto

se isto não tem algum efeito perverso nas questões do desenvolvimento? O facto de todos os dias morrerem 30 mil crianças porque não foram vacinadas não é uma situação de emergência? O facto de haver 14 milhões de crianças órfãs de sida, não mereceria também maior atenção por parte dos meios de comunicação social?

Susana Sousa – Fundação AMI

A AMI também começa por responder: sim, é fundamental o papel dos media em termos de mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária. No caso da Fundação AMI – Assistência Medica Internacional, criada há 20 anos, o apoio dos órgãos de comunicação social tem se feito de duas formas muito concretas:

1. a nível das campanhas humanitárias para angariação de fundos e para sensibilização, que na AMI são sempre gratuitas. Sou mesmo que pessoa aos meios de comunicação que insiram essas campanhas a título gratuito.
2. Os contactos com os media. Prefiro não falar dos media, em termos genéricos, como as instituições; e sim referir-me aos contactos com os jornalistas.

Tem sido aqui levantada a questão do papel que tem as editorias. Existem condicionalismos financeiros: para enviar um jornalista para um local de guerra, há custos, e as administrações dos jornais pesam isso as organizações humanitárias sabem disso.

Para além desses custos e do facto de nem sempre ser muito fácil para os jornalistas propor temas, é sempre possível aos jornalistas terem um papel. No entender da AMI; os media não se podem resumir às linhas editoriais e a prova disso é que os jornalistas que aqui estão, apesar de todos os obstáculos, tentaram furar essa linha editorial e conseguiram.

Vou dar-vos um exemplo muito concreto de uma jornalista que um dia me telefonou, de um órgão relativamente importante, que me disse que tinha proposto ao director fazer-se um programa em

que a AMI constasse, com alguma regularidade. Este director de informação teve uma reacção assim: O que é a AMI? O que é facto é que este programa aconteceu. A jornalista conseguiu fazer a peça dela, com muitas lutas. A AMI tem conhecimento das guerras que é preciso travar internamente, mas continua a acreditar que é possível aos jornalistas fazer alguma coisa. Temos de apresentar temas que sejam abordados de uma forma interessante.

Quanto à criação da MI: também foi um jornalista que lançou a ideia de se criar, na a AMI, mas algo semelhante. Isto porque o jornalista José Manuel Barata Feyo, então na RTP, em entrevistou, em 1983, o Dr. Fernando Nobre, que era, na altura, um voluntário dos Médicos Sem Fronteiras. E no final dessa grande reportagem, o José Manuel Barata Feyo lança o repto ao Dr. Fernando Nobre: e porque não criar uma instituição semelhante, em Portugal?

É lógico que é necessário mais do que isto, um número de boas vontades, a própria vontade do fundador (Dr. Fernando Nobre). Foi um jornalista também quem levantou esta questão, ao ver o trabalho no terreno do Dr. Fernando Nobre. Todas as pessoas podem realmente fazer alguma coisa, os jornalistas também podem contribuir para mudar aquilo que não gostam. No fundo, sermos a mudança que gostaríamos de ver no mundo, começando connosco próprios. Acho que muitos jornalistas, felizmente, fazem isso.

Na AMI, o que tentamos fazer é ser um pouco essa mudança. O lema da AMI é mesmo “Contra a Indiferença”, e a importância que damos aos jornalistas, aos seres humanos que, todos os dias, nos estão a dar notícias do mundo, é tanta que criámos, em 1996, um prémio que visa homenagear os trabalhos de qualidade que tentam denunciar situações intoleráveis e que rompem com o silêncio.

Realmente acreditamos que o jornalismo e os jornalistas têm um impacto bastante grande, e isso é visível, especialmente nas missões de emergência. É lógico que há uma panóplia de actividades da AMI que não entram na agenda dos jornalistas. Normalmente entram as missões de emergência. Timor foi realmente uma situação bastante mediática.

Na questão de mediatização dos temas humanitários, podem existir alguns perigos. O objectivo das ONGs e da AMI, em particular, é assistir em termos de saúde (em missões internacionais) as populações, em Portugal, há todo um trabalho de acção social, mas que tem sempre como peça central, o respeito por cada um dos beneficiários dessa ajuda. E, por vezes, quando entramos em contacto com jornalistas, essa questão pode não estar sempre completamente esclarecida.

Felizmente, eu deparei poucas vezes com essas situações, em que os direitos, a dignidade dos utentes dos projectos, designadamente em Portugal, teve de ser muito acautelada e eu tive de dizer “Não”. Por exemplo quando se trata de crianças – e o código deontológico dos jornalistas prevê isso): às vezes as organizações têm que dizer “Não”. Até onde é que vai o poder de uma boa história? Tem de haver um equilíbrio. Temos todo o interesse em que a comunicação social fale em nós, e aliás dependemos disso: a AMI tem uma revista trimestral de notícias, emitimos em 2003 58 comunicados, saímos nos meios mais de 240 vezes. Tem de haver equilíbrio.

A questão das crianças é particularmente importante. Tudo depende do jornalista, da pessoa, da consciência. Os jornalistas são o reflexo da sociedade em que nós vivemos. Se há uma desumanização da sociedade, naturalmente vai sentir-se desumanizado. A questão é quando para noticiar uma determinada realidade se afasta tanto dela que a torna secundária. Isso pode ser perigoso.

Gostava de referir a questão da objectividade do jornalista: o jornalista é um ser humano, portanto é impossível ser objectivo. Tem de se reger por critérios do máximo de qualidade noticiosa, a questão é se ao mesmo tempo que se esforçam por atingir esses parâmetros, também se podem mover com motivação, com paixão.

Eu gostaria de citar um jornalista e professor em comunicação, Gonzalo Peltzer, que escreveu um livro chamado “Jornalismo Com Paixão” e diz: “Se querem prosperar, as empresas jornalísti-

cas deverão atender mais de perto a seus públicos e ter um papel mais activo nas suas próprias comunidades (...) Os novos jornalistas sabem que da sua dedicação e do seu entusiasmo depende a solução dos problemas do mundo, das sociedades, seus países, cidades e bairros. Devem trocar na equação informativa passividade por actividade, precedência por participação, precisão por compaixão, o enfado por interesse e sobrecarga por destilação (...) Apenas com paixão podemos compreender a realidade e somente com paixão estaremos habilitados a explicá-la aos nossos semelhantes (...). A paixão não só não se ensina nos colégios ou nas universidades, mas é até mesmo evitada."

Eu fui aluna desta casa e, muitas vezes, eu senti paixão aqui. Acho que têm um enorme privilégio. Primeiro porque são alunos. Há uma enorme massa da população que nem sabe ler; depois, como jornalistas, têm o enorme dever de mudar. Se não, não vale a pena ter estes debates, se cada um de nós não decidir "vou fazer algo".

A importância dos meios de comunicação social noticiarem as acções da AMI, também se prende com o facto da AMI, ao contrário da maior parte das ONGs portuguesas e europeias, ter mais de 50% do seu orçamento oriundo da sociedade civil, de donativos de pessoas ou empresas. E portanto é óbvio que tentamos noticiar as nossas acções, para que as pessoas saibam o que estamos a fazer.

É importante a transparência na ajuda humanitária. Essa também é uma das razões porque gostamos que os jornalistas conheçam o que estamos a fazer, para que possam ver no terreno as nossas acções. Jornalistas que estiveram no terreno e se sentiram ligados à AMI foi também porque puderam viver a paixão dos voluntários das nossas equipas pelo trabalho que fazem, e daí eles próprios, enquanto jornalistas terem mais coragem para poderem lutar com as editorias para passar algumas histórias.

O Henrique (Botequilha) falou de jornalismo de causas. Eu prefiro falar no jornalismo de paz, aquele que procura promover o diálogo, ouvir todas as partes, sem julgar um lado bom e ou-

tro mau (o maniqueísmo que às vezes existe). Acho que esse é o jornalismo que realmente pode ajudar a mobilizar a sociedade civil. Porque um jornalismo que julga o lado bom e o lado mau, a longo prazo, vai estar a prejudicar imensamente o trabalho em prol da humanidade. Porque o lado bom hoje pode ser o lado mau amanhã e nós queremos ajudar quem sofre, independentemente de ser considerado por alguns meios de comunicação como bom ou mau. Esse jornalismo da paz, por oposição ao jornalismo da guerra, é muito importante para a AMI.

Entrevista

Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha

15 de Junho – 18 horas – Café Quadrante – Centro Cultural de Belém

Ao longo dos seus vários trabalhos sobre a imigração e as minorias, encontrou algum papel específico que caiba aos media?

Os media são muito importantes, porque o lugar central dos media hoje é privilegiado em termos de discurso e poder. E nesse sentido, os media podem tanto sensibilizar como criar estereótipos ou preconceitos.

O que temos de fazer relativamente aos media, em Portugal, é contextualizar: temos uma sociedade mediatizada relativamente jovem (que data de 1992). Todo o percurso que as sociedades ocidentais fizeram em 20 ou 30 anos, nós tivemos que fazer rapidamente (nos media, como em muitas outras questões da sociedade civil).

Isso dá condições especiais, e num tema tão sensível como a imigração e as minorias, há uma conjugação dupla de factores: em quinze anos, passámos de um país de emigração, para imigração; e simultaneamente, o projecto mediático também sofreu grandes saltos de adequação à realidade económica, social, etc.

A partir de 92 há várias formas dos media se relacionarem com esta temática: um primeiro período, que dizemos que é muito próximo da concepção e do pensamento ainda colonial; um segundo período já mais enquadrado entre os países da União Europeia, em eu há uma espécie de esquizofrenia, porque, por um lado, quer seguir as políticas europeias e, por outro lado, a realidade portuguesa é totalmente diferente; depois, num terceiro período, há uma aferição do estado português que percebe que a imigração é global e globalizante, e que há necessidade de adequar isso à realidade; e depois, temos esse quarto período – o que estamos a viver a partir de 2002 – em que há uma tentativa de localizar a imigração, no sentido em que se lhe definem características próprias nesse contexto globalizante. Esta é a perspectiva histórica que eu tenho do assunto.

O que nós temos é que a imprensa de referência, de uma maneira geral, passou a ter cuidado no tratamento desta matéria e, sobretudo, especializou-se. Por outro lado, na televisão, dadas as suas condições, a sua estratégia tabloidizante, todas as peças de imigração (assim como as outras) são tratadas de forma leve, e normalmente, os temas mais focados são relacionados com crimes, violência, prostituição feminina. Os factos existem, mas são exagerados em relação à realidade.

Será essa busca pela negatividade dos factos que restringe os acontecimentos noticiáveis (no âmbito de direitos humanos e ajuda humanitária) a catástrofes?

Tem muito a ver com os critérios de noticiabilidade. Basta ver um manual para entender porque é que determinadas notícias são importantes e outras não. Todos nós sabemos da frase célebre “Bad news, good news”.

Os critérios de noticiabilidade existem e fazem parte de um mercado extremamente concorrencial que é o dos media. Eu não quero imputar as culpas apenas aos jornalistas. É evidente que é possível fazer melhores notícias com matéria interessante, mas na verdade, a concorrência entre as empresas gera esta situação.

Retiro um pouco a responsabilidade aos jornalistas porque, tal como alguns jornalistas de televisão dizem, quem manda neles é o zapping. Há necessidade, por isso, de apelar às audiências. E a forma mais fácil de o fazer – não a última nem a única – é apelar às questões básicas dos sentimentos humanos e aos chamados temores básicos da condição humana. Os direitos humanos não são um tema vendável.

E o que pode ser feito para que os jornalistas não pensem apenas numa lógica de concorrência, e passem a pensar numa lógica de dever e de responsabilidade social?

Creio que se deve tentar fazer lobbings, não só os jornalistas, mas as empresas de media. Devem ser alvo de lobbings da sociedade civil, das ONGs, de associações, de universidades, dos estudantes.

E a sociedade civil tem conhecimento suficiente sobre as questões de direitos humanos para exercer essa pressão?

Todos nós sabemos que existe uma grande dificuldade em mobilizar a sociedade civil, por diferentes razões. Há vários factores económicos que condicionam a sociedade civil, desde o horário de trabalho ao facto das grandes cidades serem organizadas em dormitórios, que retiram muito tempo ao cidadão; ao facto da mulher ainda acumularem responsabilidades familiares e no mercado de trabalho acima da média comunitária. Isto inibe a participação e a mobilização da sociedade civil, que já não tem grande tradição em Portugal.

Porque é que acha que Timor resultou?

Porque Timor foi uma remissão da consciência de uma colonização com muitos problemas. Foi um apelo que foi feito e muito bem respondido.

Difícilmente se conseguirá mobilizar a sociedade civil como no caso de Timor. Houve uma campanha “África Amiga”, que visava conseguir fundos para Angola, e que resultou muito mal,

por diversas razões. Na verdade, a sociedade não se mobilizou e houve muita mediatização. Os media fizeram uma campanha muito agressiva. Mas os media podem motivar, mas se a sociedade não tiver aberta, não podem fazer nada.

Já há um certo esgotamento dessa solidariedade de ajuda humanitária.

A falta de transparência de algumas ONGs também pode dificultar todo o processo de mobilização?

Normalmente as pessoas não sabem o que é uma ONG. O comum do cidadão não sabe. O que pode saber é de casos concretos, como a AMI ou os Médicos Sem Fronteiras.

Há também pouca preparação de dossiers para os media, por parte das ONGs. Não há a linguagem certa.

Nós portugueses não temos uma prática de direitos humanos bem consolidada. Nem sequer nas práticas do dia-a-dia. Grande parte das relações de trabalho que existem hoje, por exemplo, não são práticas democráticas. Até pelo contrário: são bastante anti-democráticas e fora dos direitos humanos.

Como é que nós podemos ter um olho crítico, se nós não o fazemos. É preciso não esquecer que a nossa democracia tem 30 anos.

Não diminui a nossa exigência, mas explica algumas questões.

Como vê a dicotomia de universalismo / relativismo em relação aos direitos humanos?

Há direitos universais mínimos. Não consigo aceitar determinadas práticas noutras culturas, independentemente de conseguir compreender algumas, não consigo pensar que possam trazer felicidade e dignidade a esses grupos.

Por isso não relativizo. Acho que há um núcleo duro que deve ser encarado por todas as culturas.

Nós não devemos impor a nossa visão, devemos propor e tentar mostrar as vantagens desse modelo.

Um dos grandes problemas do Ocidente é a sua incapacidade

de tornar paralelo a teoria e a prática. Creio que os nórdicos são países que têm a coerência total, deviam ser o exemplo para nós a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia, a Noruega, etc.

Os países do sul da Europa, como nós, estão a tentar aprender essa coerência entre a prática e a teoria. De qualquer forma, há diferentes níveis (Portugal e a França são diferentes).

A proposta não obriga, não pode ser feita através da violência, se não perde a credibilidade. Aquilo que se tentou fazer no Iraque é totalmente contraproducente.

Código Deontológico do Jornalista

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito a informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover

a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.

6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo.
9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.